

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 036

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE MAIO DE 1999**
(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Tony Garcia e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER o desarquivamento do Projeto de Lei nº 475/96.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Pretextato Pennafort Taborda Ribas Neto, e do Diretor Presidente da COPEL, Sr. Ingo Henrique Hubert, para prestarem esclarecimento a esta Casa de Leis sobre a denúncia de que a COPEL teria liquidado dívida de R\$23 milhões do SERCONTEL junto ao Banco FonteCindan, por R\$46 milhões. Esclarecer ainda a alteração do Art. 29 do Estatuto Social da COPEL, que compreende a destinação R\$3,0 milhões da Companhia para serem distribuídos entre os diretores (07) da empresa, conforme consta em ata publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de abril de 1.999.

A convocação justifica-se pela relevância dos esclarecimentos a serem prestados, sendo esta Casa o local adequado pois que é de sua competência a fiscalização dos atos praticados pela administração pública e seus administradores.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Leocádia de Lourdes Pereira, ocorrido no dia 30 de abril do corrente ano, nesta Capital.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Dia 30 de abril de 1999, faleceu, com 64 anos de idade, a Senhora Leocádia de Lourdes Pereira.

Dona Lourdes, como era conhecida por todos, era funcionária aposentada da Secretaria de Estado da Educação.

A extinta era viúva, porém deixou irmão, irmã, cunhado, cunhada e sobrinhos.

O falecimento de Dona Lourdes deixou uma enorme lacuna no seio da família, assim como também no seu vasto círculo de amigos.

A distância e o tempo jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquela que sem dúvida nenhuma soube conquistar nossa amizade.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Dona Lourdes, enviando votos de profundo pesar para o Senhor Atílio Pereira de Lima, residente à Av. Presidente Carlos Cavalcanti, nº 239, Município de Araucária-PR.

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de cumprimentos ao Deputado Federal Luiz Carlos Hauly, do PSDB pela sua luta em defender a aprovação da compensação do INSS aos Estados, ocorrida na última quarta-feira, dia 28 de abril.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar o Deputado paranaense Luiz Carlos Hauly, que defendeu com grande desenvoltura, a aprovação do projeto que visa compensar os sistemas previdenciários estaduais frente ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade).

Este nobre parlamentar apresentou este Projeto à Câmara em 1992, recebendo substitutivo que fora aprovado na última quarta-feira, dia 28 de abril.

Nestes tempos, em que lutamos para viabilizar a PARANAPREVIDÊNCIA, é de suma importância a iniciativa de ressarcir os estados, como o Paraná, que têm direito a receber da União, cerca de R\$2,5 bilhões, o que, se não é tudo aquilo que o Estado deveria receber, já ajuda-nos a capitalizar o Fundo Previdenciário Estadual que colocaremos em prática dentro em breve.

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato Rural de Pitanga-PR, alusivos a posse da nova Diretoria, que ocorrerá no próximo dia 05 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Paulo Gréggio, através de correspondência a

ser encaminhada a Av. Brasil, nº 341, CEP 85200-000, Município de Pitanga-PR.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações a Cooperativa Castrolândia, que organiza sua XXXIV Expocastrolândia, que será realizada, no Município de Castro, de 04 a 08 de maio do corrente, com objetivo de divulgar a pecuária leiteira, através da exposição de animais, e apresentação de técnicas, sobre a produção de Leite.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o art. 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados, no endereço que segue: Pça. dos Imigrantes, 03, Castrolândia, Castro PR, CEP 84165-970, Caixa Postal 131.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Município de Guaíra, pela 23ª edição da Festa das Nações, realizada de 30/04 a 02/05, no Centro Náutico e Recreativo do município.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de congratulações à comunidade do Distrito de Bom Jardim, no Município de Marechal Cândido Rondon, pela 7ª edição da Festa Regional do Matambre Recheado e do Milho Verde, realizada no ultimo dia 02 de maio.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 733

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à recém-instalada Academia Paranaense de Medicina Veterinária (R. Brasília Itiberê, 356 - Jd. Botânico - Ctba.).

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dia 26 de abril de 1999, foi instalada a academia Paranaense de Medicina Veterinária, uma Instituição que valorizará os médicos veterinários e incentivará outros profissionais, além de contribuir com a pesquisa científica, que é fundamental para o avanço constante das profissões.

Para a implantação da Academia Paranaense, foi efetuado um longo trabalho de 18 meses, para que se pudesse reunir informações com visitas a outras instituições congêneres, o que resultou nesta importante conquista.

Na ocasião da instalação, os imortais da Academia Brasileira de medicina veterinária, deram posse aos dezessete membros fundadores da instituição paranaense. São eles: Dr. Braz de Freitas Fernandes, Dra. Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, Dr. Roberto Nogueira da Gama, Dr. Aurelino Menarim Júnior, Dr. Carlos Henrique Montanha Vianna, Dr. Carmo Oliveira da Rocha, Dr. Ernst Eckehardt Muller, Dr. Hélio da Silva Autran de Moraes, Dra. Ingeborg Dorothéa Weidner C. Marenzi, Dr. João Maria Ferraz Diniz, Dr. João Roberto Basile, Dr. José Quirino dos Santos, Dr. Luimar Carlos Kavinski, Dr. Luimar Perly, Dr. Natal Jataí de Camargo, Dr. Ruy Santos e Dr. Sylvio Antônio Ribeiro Degasperi.

A todos os membros da Academia Paranaense de Medicina Veterinária, pela sua posse, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar pela iniciativa de arrecadação e doação de cestas básicas às famílias de pescadores do Município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Seis toneladas de alimentos, arrecadados pelos alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, foram entregues na Quarta-feira (28/04/99) à duzentas famílias de pescadores de Paranaguá, litoral do nosso Estado.

Sabemos da difícil situação por que passa a população daquela cidade, que foi recentemente assolada pelo surto de cólera, o que deixou todos, e especialmente os pescadores, em grandes dificuldades, uma vez que a única atividade que os pescadores desenvolvem é a pesca, que foi uma das

primeiras coisas a serem paralisadas, com o objetivo de acabar com o problema.

Diante disso muitas famílias, já carentes, ficaram sem seus sustentos, levando o Município a enfrentar um problema ainda maior. A população do nosso Estado, sensível ao problema, através de diversos segmentos, mobilizou-se para auxiliar os necessitados.

Portadores de elevado espírito social, os alunos da Escola de Oficiais da Polícia Militar, tomaram a iniciativa de arrecadar e doar as cestas básicas que, com certeza, foi de grande valia para aqueles que não tinham mais onde pedir socorro.

Pela brilhante iniciativa, que demonstra a preocupação com a comunidade onde estão inseridos, recebam os alunos da Escola de Formação da Polícia Militar do Paraná, os cadetes da Academia Militar do Guatupê, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações aos Dr. Joerling Joely Cordeiro Cleve, pela sua nomeação como novo desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Nomeado para o Cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Dr. Joerling Joely Cordeiro Cleve. A assunção ao cargo ocorreu por ocasião da aposentadoria do desembargador Alceu Martins Ricci.

Homem de extrema competência, atuou como Advogado desde 1957 até 1966, quando foi nomeado juiz substituto, desempenhando funções em Foz do Iguaçu, União da Vitória e Pato Branco. Passou a juiz titular em 1967, trabalhando nos Municípios de Ivaiporã e Guarapuava. Desde 1978 está em Curitiba, tendo chegado ao Tribunal de Alçada no ano de 1990.

Muito respeitado pela sua integridade e pelo elevado saber jurídico o nome do Dr. Joerling só vem enaltecer o Poder Judiciário ainda mais. Ao novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Joerling Joely Cordeiro Cleve, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 743

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, con-

gratulações e muito aplauso ao casal João Vilke e Luiza Vilke, que completa dia 07/05 próximo vin-douro, 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Secretário de Estado de Esporte e Turismo, Ney Leprevost Neto, pelo Projeto Campos Gerais, Eixo Turístico Vila Velha/Quartelá, assim como pela palavra empenhada na Reunião da Associação dos Municípios dos Campos Gerais AMCG, em 26 de abril deste, de que a partir de agosto deste ano, de reinício das obras no Parque Estadual de Vila Velha, e que no segundo semestre/99, o Gov-erno do Estado do Paraná liberará R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), para iniciar as obras.

O Parque Estadual de Vila Velha compõe-se do Parque dos Arenitos, Lagoa Dourada e Furnas. Apesar de ser considerado o segundo ponto turís-tico mais importante do Paraná, enfrenta sérios problemas de conservação. O maior problema do parque foi a falta de conservação ao longo da última década que possibilitou a deterioração das con-struções, equipamentos, instalações telefônicas, mobiliário e comunicação visual, sem men-cionar as próprias formações rochosas, razão de ser do parque, que sofrem com escritos, gravações e pichações feitas por visitantes. Esta situação atesta a necessidade urgente de recuperação da integridade física do parque. As trilhas existentes não obtiveram cuidado ou manutenção, sendo destruídas pelo movimento intenso de turistas.

Com o compromisso de liberação de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), as obras de infra-estrutura do Parque serão realizadas, propor-cionando aos funcionários que trabalham no local e aos turistas, mais segurança.

Com relação ao Projeto Campos Gerais, a idéia desta proposta é estabelecer um roteiro que, através de vias secundárias e estradas rurais, inter-ligue os Parques Estaduais de Vila Velha e do Quar-telá, passando pela Represa dos Alagados, uma região belíssima e ainda pouco conhecida. Com este roteiro pretende-se criar um “Caminho Turístico”, uma opção a mais para o público que vem à região com a intenção de conhecê-la, um caminho sem pressa que se esgueira pelo meio das árvores, des-brava os campos de braços abertos e volta no tempo à época dos tropeiros.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de votos de con-gratulações a Editora do Jornal de Beltrão pela pas-sagem de 10 anos de existência, levando as informações e acontecimentos marcantes da nossa população.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 760

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, envio de mensagem de louvor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à TV Tarobá pela promoção do Dia da Bondade em parceria com o PROVOPAR da Prefeitura de Cascavel, conforme justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

No último sábado, 1º de maio, entre 8h30 e 15h00, a TV Tarobá promoveu o “Dia da Bondade”, que se constitui em campanha de conscientização da comunidade no sentido de arrecadar donativos (roupas, alimentos e móveis), para repassá-los às famílias carentes e necessitadas, através de con-vênios e participações direta de entidades assisten-ciais como o PROVOPAR da Prefeitura Municipal.

É com grande satisfação que apresentamos este requerimento, propondo que a Assembléia Legislativa reconheça formalmente promoções como esta, que em Cascavel a TV Tarobá vem reali-zando ao longo dos últimos 9 anos. Este ano, inclu-sive, inovou levando a promoção para a praça pública, onde o público pôde acompanhar à luz do dia todo o seu desenvolvimento.

Neste sentido, pedimos o envio desta mensagem à TV Tarobá, na pessoa de seu Diretor Geral Jorge Luiz Guirado, estendendo as congratulações a todos os profissionais de comunicação e entidades assistenciais que, de uma forma ou de outra contribuíram para que a promoção alcançasse os objetivos propostos.

REQUERIMENTO Nº 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Setor de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Paraná, alusivos ao Dia do Taquígrafo, comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos funcionários do Setor de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais REQUER envio de expediente ao Chefe do Poder Judiciário, Desembargador Sidney Zappa, solicitando a criação de mais 03 (três) Varas especializadas no Município de Arapongas.

Requer ainda, que da decisão deste douto Plenário sejam comunicados o Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, Presidente da Associação Comercial e da subseção da OAB.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Com uma população de cerca de 90.000 (noventa mil) habitantes, o Município de Arapongas é hoje um dos mais prósperos do Estado.

O excessivo número de processos que tramitam na Justiça araponguense sobrecarrega os Magistrados, estando a população reivindicando a criação de mais 03 (três) Varas: 01 (uma) Cível; 01 (uma) da Família e do Adolescente.

Com o atendimento deste pleito, a Justiça se tornará mais ágil, melhorando sensivelmente sua credibilidade junto aos que dela necessitam.

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rafael Dely, MD. Secretário Especial da

Política Habitacional, solicitando a construção de 20 (vinte) unidades de Casas Populares no Município de Cafezal do Sul, através do Programa "Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Paulo Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Rua Ítalo Orceli, 796), ao Vereador Antonio Marcos Morin, Presidente da Câmara Municipal (Rua Ítalo Orceli, 658) CEP 87567-000.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rafael Dely, MD. Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 100 (cem) unidades de Casas Populares no Município de Iporã, através do Programa "Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado à Senhora Maria Aparecida Zago Udenal, Prefeita Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677), ao Vereador José Sorilha Baladeli, Presidente da Câmara Municipal (Rua Pedro Álvares Cabral, s/nº) CEP 87560-000.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Cruzeiro do Oeste.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686) e ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/nº) CEP 87400-000 - Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Pérola.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Valdecir Cândido da Silva, Prefeito Municipal (Rua do Rosário, 202), ao Vereador Lindolfo Bazoti Filho, Presidente da Câmara Municipal (Av. Da Pérola Byington, s/nº) CEP 87540-000.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Umuarama.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal

(Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863) CEP 87502-080.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Sanches Pinha, residente à Rua Cambé, nº 355 - Jardim Aviação, que solicita implantação de antipó nessa rua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 282-2785.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Lurdes de Oliveira, residente à Rua Edgard Alberto Tieman nº 49 - Bairro Tanguá, que pede a troca de lâmpada queimada do poste existente em frente à sua residência. Há (06) seis meses que a lâmpada encontra-se queimada e o local sem iluminação pública. Se necessário recomendamos contato com a requerente pelo telefone 264-8677.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Sueli Silva dos Santos, residente à Rua Bela Vista nº 48 - Chácara Bel Verde - Bairro Borda do Campo, que solicita a colocação de lâmpada nos postes que foram implantados pela COPEL. Já está sendo cobrada a taxa de iluminação pública, porém a mesma não existe face as lâmpadas não terem sido colocadas. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 262-5738 (comercial).

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 740

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Sirlei Pereira da Cruz, residente à Av. da República nº 37 - Vila Guaíra, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências no local em que reside. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 332-3750.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 741

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. São João - Planta Almirante, que pedem a passagem da carrocinha na rua em que residem e proximidades. Há muitos cães pelas ruas e que vêm causando transtornos para a população.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 742

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar policiamento na Praça 29 de Março, a partir do início da noite. O pedido está sendo feito por pessoas que necessitam passar pela Praça e sentem-se inseguras devido a mesma ficar muito escura e pela ocorrência constante de assaltos à população. Com a presença de policiais no local a maior segurança será proporcionada a todos.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Sanches Pinha, residente à Rua Cambé nº 355, Jardim Aviação, que solicita a troca de lâmpadas queimadas dos postes existentes nesta rua. Se

necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 282-2785.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Adonaide Lourenço da Cruz, residente a Av. Maringá nº 1231, Vila Pernetá, a qual pede a colocação de saibro nesta rua, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável. Se necessário recomendamos contato com a requerente pelo telefone 868-1820.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Adonaide Lourenço da Cruz, residente a Av. Maringá nº 1231, Vila Pernetá, a qual pede providências urgentes para sanar o problema de valeta entupida nesta rua. O ideal é o manilhamento de toda a valeta, uma vez que somente uma parte é manilhada. A parte da valeta que fica em frente à três terrenos baldios sempre fica suja, com mato e com isso entope a parte manilhada. De cinco em cinco meses o problema do entupimento se repete, causando muitos transtornos para os moradores do local.. Se necessário recomendamos contato com a requerente pelo telefone 868-1820.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Pereira, residente à Rua Jânio Quadros nº 123, Jardim Cerejeira, que pede a troca de lâmpadas queimadas dos postes existentes nesta rua. Afirma que a taxa de iluminação pública vem cobrada mensalmente, porém a iluminação não existe.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 748

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido do Sr. Albari Pires da Rocha, residente à Rua Sandro Pereira da Silva nº 202, Município de Piraquara, que pede informações do porque o carteiro não está fazendo a entrega domiciliar de correspondências em sua residência. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 342-2625.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 749

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tatuquara, que pedem agilização na implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências. Temos conhecimento da dificuldade desse serviço face a numeração desordenada e ruas que não foram nominadas, mas a população do Tatuquara, principalmente da R. Des. Marçal Justem está reclamando da falta de segurança junto às Caixas Postais que têm sido visitadas por ladrões.

A população pede urgência na implantação do referido serviço. Temos certeza que os correios envidarão esforços nesse sentido, inclusive gerenciando junto à Prefeitura Municipal de Curitiba para que os auxilie nesta tarefa. Contatos com a Sra. Manoela ou Sr. Sebastião pelo telefone 348-5779.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 750

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de destacar um policial de trânsito para orientar as crianças que estudam na Escola Estadual Lúcia Bastos, sito à Rua Coronel Américo Walger, Jardim Paranaense.

Existe sinalização no local, porém o movimento é intenso e as crianças têm dificuldades para atravessar a rua, correndo risco de atropelamentos. A presença de um policial é imprescindível. Se

necessário, recomendamos contato com a requerente, a Sra. Ivone Teixeira, pelo telefone 378-1591.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 751

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo e urgente na Rua José Correa Sérgio, Vila São Jorge, Bairro Portão, devido a ocorrência com muita frequência de assaltos e furtos nas residências em pleno dia. Os moradores estão apavorados e imploram policiamento o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/99**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal sobre a criação do Município de Rio Guarani, com as seguintes divisas:

“Com o Município de Laranjal, inicia na foz do Rio Cascudo no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Bandeira. Com o Município de Nova Laranjeiras, inicia no Rio Piquiri, na foz do Rio Bandeira, sobe por este até encontrar a foz do Rio Cocho Grande, sobe por este até a foz do córrego do Salto, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue pelo divisor de águas entre o Rio Pereira e o Rio Cocho Grande até encontrar a cabeceira do Rio União, desce por este até encontrar a antiga estrada de Foz do Iguaçu. Com o Município de Espigão Alto do Iguaçu, inicia no encontro do Rio União com a antiga estrada de Foz do Iguaçu, segue por esta na direção geral noroeste até encontrar a linha seca e reta que parte da foz do córrego do Quati no Rio Guarani, segue por esta linha numa extensão de aproximadamente 15.500 metros na direção geral oeste até encontrar a foz do córrego do Quati no Rio Guarani. Com o Município de Guaraniáçu, inicia na foz do córrego do Quati no Rio Guarani, sobe por este até encontrar a BR-277, segue por esta na direção geral noroeste até encontrar a cabeceira do Rio Cascudo, desce por este até a foz do Córrego

Barreiro. Com o Município de Diamante do Sul, inicia na foz do Córrego Barreiro no Rio Cascudo, desce por este até sua foz no Rio Piquiri.”

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Alexandra, com território do atual distrito do mesmo nome, a ser desmembrado do Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O futuro Município de Alexandra está situado, geograficamente, em local privilegiado, sendo cortado pela BR-277, pela Estrada de Ferro Sul Atlântico, pela antiga Estrada da Graciosa e pela Rodovia Alexandra/Matinhos, ficando às margens das Baías de Antonina e Paranaguá.

De relevo plano e suavemente ondulado, com amplas possibilidades de crescimento populacional e industrial, ante a infra-estrutura apresentada.

O grande potencial turístico em função da proximidade com o mar, propiciando o desenvolvimento de passeios náuticos, desfrutando das belezas das duas baías. Sua proximidade com a Serra do Mar, onde se encontram várias nascentes de rios, lindas cachoeiras, a Mata Atlântica Nativa, sua grande variedade de espécies da fauna e flora, ingredientes que proporcionarão ao futuro município um grande futuro no setor turístico.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, antigo sonho da comunidade de Alexandra.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Medalha “Estado do Paraná” a ser concedida anualmente em Sessão

Solene, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à todos aqueles que desenvolverem atividades e ou ações que visem o crescimento e, o desenvolvimento do Estado do Paraná nas áreas da cultura, das artes plásticas, da música, da economia, da agricultura, do comércio, da educação, saúde, promoção social, assim como, na área de segurança pública, os atos de bravura de cidadãos e profissionais em defesa da vida, da ordem e da segurança, e da justiça e paz social, ações que visam a edificação do direito e da justiça.

Art. 2º - Anualmente a Assembléia Legislativa, através de Comissão Especial, elaborará a relação dos indicados para aprovação em sessão plenária do Poder Legislativo.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Ricardo Chab, Edson Strapasson, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Marcos Isfer, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Valdir Rossoni, Divanir Braz Palma, Antonio Belinati, Luiz Fernandes da Silva Litro, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Cesar Seleme, Élio Rusch, Hermas Brandão, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Beto Richa, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi, Nelson Garcia, Augustinho Zucchi, Miltinho Puppino, Neivo Beraldin, Edson Praczyk e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa incentivar a prática de ações de cidadania em benefício da sociedade e da população do Estado do Paraná. A concessão de títulos, comendas e medalhas é da longa tradição na história da humanidade e tem por objetivo identificar ações humanas de relevância que possam ser mostradas à coletividade e ao mesmo tempo serem reconhecidas pela mesma sociedade como fatores de exemplo de desenvolvimento e de justiça.

Assim, o presente projeto se destaca na apresentação e reconhecimento daqueles que nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública, da justiça e cidadania, da literatura, da cultura, artes, economia, agricultura, comércio, indústria e promoção social se ocuparem com ações que tragam verdadeiros benefícios ao conjunto da sociedade em trajetória de humanização e de paz social a ser sempre conquistada.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 217/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Europa, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura pretende beneficiar e estimular o espírito de solidariedade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, formando um sentido de comunidade, procurando desenvolver e melhorar as condições de vida dos moradores e da região, proporcionar a seus associados, serviços assistenciais e cooperativos, inclusive, através de convênios com organismos públicos e/ou particulares e desenvolver trabalhos de cultura, saúde, educação e lazer em benefício dos associados e moradores da região.

PROJETO DE LEI Nº 218/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda-Mirim, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos da Banda Marcial da Guarda-Mirim, localizada à Rua Anita Garibaldi, 2395, nesta Capital, tem por objetivo a prestação de serviços sociais comunitários aos educandos, pais e responsáveis do Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes - Guarda Mirim.

A Instituição objetiva dar apoio à Guarda-Mirim, através da promoção de cursos, atividades desportivas, recreativas, culturais e também intercâmbios.

Pela documentação acostada, é possível observar o importante trabalho que vem sendo realizado pela instituição, motivo pelo qual rogamos

aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 219/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, com sede e foro na Cidade de Tibagi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo Solar - AMOPAR, com sede e foro na Cidade de Tibagi, Estado do Paraná, foi criada em 25 de março de 1996, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Cultura, do Esporte e Lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e esta registrada sob nº 11.476, Livro A-03 de pessoas jurídicas, de registro de títulos e documentos da Comarca de Tibagi, e devidamente cadastrado no CGC/MF nº 01.376.993/0001-63.

A Associação de Moradores do Distrito de Alto Amparo, além de desenvolver programas, visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos e entidades congêneres, no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente àqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, sendo estas as razões que motivaram a apresentação deste Projeto, visando ajudar a entidade em epígrafe, organizar-se e requerer junto aos órgãos públicos, recursos visando a consecução de suas finalidades.

PROJETO DE LEI Nº 220/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Mallet, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade filantrópica do Município de Mallet, fundada em 15 de agosto de 1997, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem estar das crianças portadoras de deficiências, do município, com esmero e dedicação da diretoria, funcionários e colaboradores, visando a integração destas no mercado de trabalho e sociedade.

O atendimento destas crianças menos favorecidas e de poucos recursos é prioridade desta entidade, que não mede esforços para minorar seus sofrimentos e carências.

PROJETO DE LEI Nº 221/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica vedado a importação, o cultivo e a comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) no Estado do Paraná, exceto para fins de pesquisa científica, conforme o disposto no inciso II do artigo 7º desta lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, define-se:

I - organismo - toda entidade biológica capaz de reproduzir e/ou de transferir material genético, incluindo vírus, prions e outras classes que venham a ser conhecidas;

II - ácido desoxirribonucléico (ADN), ácido ribonucléico (ARN) - material genético que contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência;

III - moléculas de ADN/ARN recombinante - aquelas manipuladas fora das células vivas, mediante a modificação de segmentos de ADN/ARN natural ou sintético que possam multiplicar-se em uma célula viva, ou ainda, as moléculas de ADN/ARN resultantes dessa multiplicação. Consideram-se, ainda, os segmentos de ADN/ARN sintéticos equivalentes aos de ADN/ARN natural;

IV - organismo geneticamente modificado (OGM) - organismo cujo material genético (ADN/ARN) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética;

V - engenharia genética - atividade de manipulação de moléculas ADN/ARN recombinante.

Parágrafo Único - Não são considerados como OGM aqueles resultantes de técnicas que impliquem a introdução direta, num organismo, de material hereditário, desde que não envolvam a

utilização de moléculas de ADN/ARN recombinante ou OGM, tais como: fecundação in vitro, conjugação, transdução, transformação, indução poliplóide e qualquer outro processo natural;

Art. 3º - Esta lei não se aplica quando a modificação genética for obtida através das seguintes técnicas, desde que não impliquem a utilização de OGM como receptor ou doador:

I - mutagênese;

II - formação e utilização de células somáticas de hibridoma animal;

III - fusão celular, inclusive a de protoplasma, de células vegetais, que possa ser produzida mediante métodos tradicionais de cultivo;

IV - autoclonação de organismos não patogênicos que se processe de maneira natural.

Art. 4º - Fica vedado a comercialização de produtos que em sua composição contenham substância proveniente de OGMs, e que tenham como destino a alimentação humana ou animal.

Parágrafo Único - A violação deste artigo sujeita o infrator às penalidades previstas na lei.

Art. 5º - Todas as empresas ou organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam no Estado do Paraná pesquisas, teses, experiências e outras atividades na área da biotecnologia e engenharia genética, envolvendo Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), bem como os produtos advindos desta tecnologia, deverão notificar o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, disposta por esta lei no prazo de sessenta dias (60) da sua publicação.

§ 1º - Aplica-se, para os efeitos desta lei o Conceito de Engenharia Genética e Organismos Geneticamente Modificados constantes na Lei Federal 8.974 de janeiro de 1995.

§ 2º - A notificação de que trata este artigo, será acompanhada dos seguintes documentos:

I - pareceres técnicos federais que autorizam as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades em Engenharia Genética ou Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), conforme Instrução Normativa nº 10, de 19 de fevereiro de 1998, do Conselho Técnico Nacional de Biossegurança - CTNBio;

II - Certificado de Qualidade em Biossegurança concedido pela CTNBio para cada área individualizada em que são desenvolvidas as pesquisas, os testes, as experiências e outras atividades;

III - Carta comprovando a designação de responsável técnico para a área, sendo indispensável seu credenciamento junto a sua entidade profissional;

IV - Estudos de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, relativo às atividades desenvolvidas.

V - Informação escrita sobre a localização da área, as quantidades colhidas e o local onde os produtos se encontram armazenados.

Art. 6º - O descumprimento ao disposto no artigo anterior, será fato impeditivo à continuidade das atividades ali descritas, devendo o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, a tomar as providências descritas no Art. 8º.

Art. 7º - Fica criado o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança - CTEBio, vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, que contará com a colaboração e cooperação dos órgãos de fiscalização da Secretaria de Estado da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao qual competirá, entre outras:

I - Propor a Política Estadual de Biossegurança;

II - Autorizar testes, experiências, e outras atividades relacionadas à engenharia genética ou a organismos geneticamente modificados, observados a legislação aplicável e o que determina o § 2º, Art. 5º, desta lei;

III - Fiscalizar e monitorar todas as atividades e projetos relacionados a engenharia genética ou organismos geneticamente modificados;

IV - Publicar no Diário Oficial do Estado, previamente ao processo de análise, extratos dos pleitos que lhe forem submetidos à aprovação, o resultado dos processos a seu julgamento, bem como a conclusão do parecer técnico.

V - Manter cadastro atualizado de todas as instituições e profissionais que realizem atividades e projetos relacionados a engenharia genética e organismos geneticamente modificados;

VI - Fiscalizar o funcionamento das Comissões Internas de Biossegurança - CIBios, no âmbito de cada empresa ou instituição, previstos no Decreto Presidencial nº 1.752 de 20 de dezembro de 1995 (alterado pelo Decreto nº 2.577, de 30 de abril de 1998).

VII - Emitir parecer técnico final conclusivo sobre as experiências, testes, atividades, e projetos por ela autorizados e acompanhados.

Art. 8º - Ante a caracterização de fraude, irregularidade ou qualquer outra infração a esta Lei, o Conselho adotará as seguintes medidas, conforme a gravidade:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Apreensão do produto;

IV - Suspensão do projeto ou atividade;

V - Interdição total ou parcial do laboratório, instituição, empresa responsável, ou propriedade particular;

VI - Condenação dos campos, viveiros e/ou produtos com organismos geneticamente modificados e derivados;

VII - Destruição dos produtos geneticamente modificados e seus derivados.

VIII - Cancelamento do registro ou autorização para funcionamento.

Parágrafo Único - O CTEBio contará com uma Secretaria Executiva, que proverá o apoio técnico e administrativo ao Conselho.

Art. 9º - O CTEBio, composto por membros efetivos e suplentes, designados por ato do Governador do Estado, será constituído por:

I - Dois efetivos e Dois suplentes, indicado pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, sendo um da área animal e outro área vegetal;

II - Um efetivo e um suplente, indicado pelo Secretário de Estado da Saúde;

III - Um efetivo e um suplente, indicado pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV - Um efetivo e um suplente, indicado pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;

V -- Um efetivo e um suplente indicado pela Organização da Cooperativa do Estado do Praia;

VI - Dois efetivos e dois suplentes, indicados pelas Centrais Sindicais de Trabalhadores do Estado do Paraná;

VII - Um Efetivo e um suplente, indicado por associações legalmente constituídas, representativas do setor empresarial de biotecnologia;

VIII - Um efetivo e um suplente, indicados por órgão legalmente constituído de defesa do consumidor;

IX - Um efetivo e um suplente, indicado por órgão legalmente constituído de proteção e defesa da saúde do trabalhador.

§ 1º - Os candidatos indicados para o CTEBio deverão portar qualificação técnica superior e experiência profissional no segmento da biotecnologia, relacionada à questão vegetal, ambiental, à saúde humana ou animal.

§ 2º - a indicação será feita no prazo de trinta dias (30) a contar da publicação desta Lei, e será endereçada ao Governador do Estado, que imediatamente fará publicar no Diário Oficial ato designando a constituição do Conselho.

Art. 10 - O mandato dos membros do Conselho Técnico Estadual de Biosegurança - CTEBio, será de três anos, permitida a recondução uma única vez.

Parágrafo único - A cada três anos a composição do CTEBio será renovada, ao menos, na metade dos seus membros.

Art. 11 - O presidente do CTEBio será eleito pelos demais membros do Conselho, para exercer mandato de um (01) ano, sendo vedada a recondução, e sua nomeação para o cargo será através de ato do Secretário de Estado da Agricultura.

Art. 12 - As funções e atividades desenvolvidas pelos membros do CTEBio serão consideradas de alta relevância, devendo o Governo do Estado, através de órgão competente, prover os recursos necessários para seu pleno funcionamento.

Art. 13 - Esta lei será regulamentada por decreto do Governador do Estado no prazo máximo de trinta (30) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O tema relacionado à liberação de produtos transgênicos vem suscitando calorosa discussão em nosso País, sendo que no Rio Grande do Sul este debate encontra-se mais acirrado em virtude de decisão tomada por aquele governo no sentido de vedar a produção comercial de transgênicos. No Paraná embora o debate ainda esteja circunscrito, o tema não deixa de suscitar preocupações. O próprio governo estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura, baixou portaria sobre esta matéria, impedindo sua importação e comercialização. Mais recentemente, a Secretaria da Agricultura vem cogitando a possibilidade de certificação de produtos paranaenses "não transgênicos" destinados à exportação para países europeus, onde é forte a resistência dos consumidores aos produtos geneticamente modificados. Este fato vem despertando o interesse de organizações comerciais e governamentais e levantar restrições à liberação comercial destes produtos e a buscar mercados que lhes assegurem o fornecimento de produtos naturais, não modificados geneticamente, para atendimento da demanda interna de seus países.

O principal risco da disseminação do cultivo de produtos transgênicos está na distância que há entre a complexidade dos seres vivos e o patamar alcançado pelo conhecimento científico, que ainda não oferece, à sociedade e aos consumidores, segurança inequívoca a respeito das conseqüências a médio e longo prazo, que estes produtos podem gerar à saúde humana e animal, e seus impacto sobre os vegetais e o meio ambiente.

No caso da soja, por exemplo, os cientistas estudaram apenas 0,02% do que há para saber sobre o genoma deste organismo, indicativo de que, na manipulação genética cujo objetivo é conferir à planta resistência ao herbicida Roundup, podem estar sendo modificadas outras características do organismo, ainda não conhecidas e catalogadas pela comunidade científica.

Foi o que aconteceu em 1989, quando a empresa Japonesa Showa Denko, alterou geneticamente uma bactéria natural para que produzisse uma forma mais eficiente de triptofano, um suplemento alimentar. A manipulação fez a bactéria produzir uma substância altamente tóxica, que só foi detectada quando o produto já estava no mercado. Das pessoas que consumiram o produto cinco mil (5.000) adoeceram, um mil e quinhentas (1.500) ficam inválidas e trinta e sete (37) morreram. Embora ocorrido nos EUA, este episódio nunca foi esclarecido pois a empresa destruiu a cepa da bactéria transgênica, conforme afirmação do engenheiro agrônomo e pesquisador, Sebastião Pinheiro.

Do ponto de vista ambiental, não há segurança sobre as possíveis conseqüências da utilização dos produtos transgênicos sobre a riqueza da biodiversidade, na medida em que estas plantas modificadas geneticamente podem interagir no meio ambiente com as variedades naturais, eliminando insetos e microorganismos benéficos ao equilíbrio ecológico. Há também a possibilidade de aumento de contaminação dos solos e lençóis freáticos, devido ao uso intensificado de agrotóxicos, de desenvolvimento de plantas e animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos, herbicidas, criando situações potencialmente danosas.

Os alimentos transgênicos surgem produzidos através de tecnologia do DNA recombinante, que podem ser consumidos "in natura" ou manufaturados a partir de microorganismos, de animais e plantas, desenvolvidos em laboratório do desenvolvimento da engenharia genética e vem sendo, em que pesem os questionamentos, por muitos defendida, como sendo o próximo e inevitável passo no processo de modernização da agricultura brasileira e que a conduzirá a ocupar um lugar de destaque ainda maior no cenário mundial, especialmente no que se refere ao mercado internacional de soja e seus derivados.

Sob o ponto de vista econômico e comercial, o caso da soja é exemplar para a compreensão do que está em jogo na disputa sobre os transgênicos, e do lugar do Brasil e especialmente do Paraná nessa disputa.

A produção mundial de soja é dominada por três países Estados Unidos, Brasil e Argentina, que juntos respondem por 90% da produção mundial. O Brasil, dentre estes países, é o único em que a produção de soja geneticamente modificada ainda não foi implantada, sendo que 90% da produção brasileira tem como destino o mercado europeu. Nos EUA e na Argentina, a soja transgênica atinge 60% e 45%, respectivamente, da sua produção. Para este ano, a previsão da safra brasileira de soja está estimada em 30 milhões de toneladas. O Paraná, é responsável pela produção de 7,7 milhões de toneladas, representando 24,6% da produção nacional, estando à frente do Rio Grande do Sul que produz 22% da produção nacional de soja, onde a liberação da soja transgênica está proibida.

Assim sendo, a aprovação da soja transgênica no Brasil obedece a uma questão chave na estratégica mercadológica de empresas transnacionais, sendo a Monsanto exemplo típico, pois somente assim elas conseguirão impor seus produtos aos consumidores europeus. Uma vez vencida a resistência européia através da soja, o caminho restará livre para a introdução de qualquer outro produto modificado geneticamente. De outro lado, os agricultores não terão mais opção na aquisição de sementes e insumos, tornando-se "reféns" do pacote oferecido pelas empresas fornecedoras de sementes e insumos agrícolas, dado que as sementes transgênicas possuirão um "gene terminator", impedindo que o agricultor utilize parte da produção como semente. Desta forma, o agricultor estará, irremediavelmente, obrigado a comprar novas sementes, juntamente com os insumos (herbicidas, inseticidas e fertilizantes), apropriados às características do organismo modificado geneticamente, ambos produzidos e fornecidos pela mesma empresa.

Acrescente-se a trajetória crescente de fusões e aquisições de empresas de sementes e insumos, formando um imenso oligopólio neste setor. No Brasil, segundo revela o Presidente da Embrapa, Alberto Portugal, 95% da produção de sementes de milho já estão dominadas por três ou quatro empresas, um enorme oligopólio. Esta mesma concentração se verifica nos demais setores produtores de sementes e insumos. No exterior, a mais recente aquisição foi feita pela DuPont (maior produtora de produtos químicos dos EUA) que comprou a Pioneer Hi-Breed por US\$7,0 bilhões. A Pioneer é a maior empresa produtora de sementes de milho do mundo, e fatura US\$1,8 bilhões por ano com a

venda de grãos geneticamente modificados e aditivados para ração animal. Com esta aquisição a DuPont terá 42% do mercado mundial de sementes de milho podendo competir em condições de igualdade com a empresa Monsanto, detentora da soja Roundup Ready, resistente a insetos e tolerantes ao uso de herbicidas (Gazeta Mercantil, 16.03.99 pág. B-34).

Ainda que se prescindia dos elementos econômicos e comerciais envolvidos na liberação dos produtos transgênicos, não há como desconsiderar os aspectos relacionados com a segurança destes produtos em relação à saúde humana, animal e vegetal e o impacto ambiental, no médio e longo prazo. Por princípio, um alimento só deve ser liberado comercialmente se for seguro, sendo esta condição "sine qua nom" para que haja liberação do consumo, conforme afirma Silvio Valle (Pesquisador titular e coordenador dos cursos de biosegurança da Fundação Oswaldo Cruz) que diz, "afirma que a engenharia genética e, em especial, os alimentos transgênicos, é uma prática cientificamente segura constitui um exagero, sendo que esta tecnologia é muito recente e até o presente momento existem poucos produtos liberados e com potencial de risco muito pequeno".

Diante destas circunstâncias, estamos apresentando o presente projeto que visa transformar em Lei iniciativas já tomadas no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, ampliando e consolidando estas medidas, em benefício da nossa economia e da agricultura paranaense em particular, bem como da população paranaense.

O projeto de lei impede a importação e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) em território paranaense, pelos riscos já abordados envolvendo o problema da segurança, porém, reconhece e reafirma a legitimidade da comunidade científica, para desenvolver produtos decorrentes da aplicação da engenharia genética, que poderá desenvolver pesquisa com OGMs, desde que atendidos os dispositivos desta lei.

Para regular e acompanhar estas atividades no Estado do Paraná, estamos propondo a criação do Conselho Técnico Estadual de Biosegurança - CTEBio, a ser composto por representantes do governo, da comunidade científica, das organizações sociais representativas de trabalhadores e empresários. Competirá a este Conselho, a autorização para realização de pesquisas e ou testes e o seu devido monitoramento, emitindo relatório final conclusivo sobre os benefícios e riscos que os produtos pesquisados poderão oferecer à saúde humana, animal, e seus impactos sobre os vegetais e o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa recebeu requerimento da Coordenação Geral do 1º Congresso Internacional do Tribunal Regional Eleitoral. De acordo com a solicitação, cede 5 minutos para o Pequeno Expediente.

A Mesa consulta se os integrantes desse Congresso Internacional do Direito Eleitoral e Partidário, está presente.

Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulto as Lideranças dos seguintes Partidos: PFL; PSB; PPB; PTB; PSC; PDT.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ponta Grossa dos Campos Gerais aguarda a participação do Governo do Estado na recuperação da Santa Casa de Misericórdia. Fato esse que já relatei nesse Plenário, fato que é do conhecimento do Governador Jaime Lerner, do Secretário Armando Raggio, da Presidente do PROVOPAR do Paraná. Até a presente data não tivemos resposta por parte daquelas autoridades. Mas acredito que pelo menos uma delas, a da Presidência do IPE terá o Governo, não só a obrigação, mas a decência política de honrar os seus compromissos e de pagar a Santa Casa de Misericórdia nesta hora de aflição. São cento e cinquenta e poucos mil reais, de dinheiro que a Provedoria emprestou das Instituições Financeiras, de dinheiro arrecadado na comunidade de Ponta Grossa e empregado ele na assistência dos conveniados, fossem eles policiais civis, policiais militares, professoras, funcionários públicos estaduais de qualquer nível, que a Santa Casa empregou no atendimento médico que foi solicitada por esses conveniados. Não seria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que vamos esperar mais um pouco e voltaremos a essa tribuna para chamar o Governo de caloteiro, que não paga a conta de serviço prestado na área médica.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vejo e acompanho o seu pronunciamento a respeito da Santa Casa de Ponta Grossa. Já tomei conhecimento dos fatos lamentáveis que vêm acontecendo, em relação aos pagamentos devidos pelo IPE, não só a esse hospital, mas a outros hospitais da região. Tenho certeza que o Governo do Estado, vai com energia, com rapidez resolver esse problema. Esse é o entendimento do Governo, o Governo do Estado do Paraná é para se preocupar com as questões essenciais da pessoa humana. A saúde e a Santa Casa lá de Ponta Grossa não ficarão desassistidas. O Governo teve problema nesses últimos meses, de arrecadação de impostos, da folha de

pagamento, com 48 milhões que foi dado para a propaganda e para a imprensa no Estado do Paraná. Teve um pequeno problema, agora, com algumas fábricas, teve que desembolsar algum dinheiro.

Mas, não tenha dúvidas, o Governo do Estado do Paraná vai resolver o problema da Santa Casa de Ponta Grossa. É lógico que o senhor há de compreender que poderá demorar uns 18 à 24 meses, mas nós vamos resolver o problema de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradecemos o aparte do ilustre Deputado Ângelo Vanhoni, que conhece de perto a sensibilidade realmente do Governo no que tange a Saúde Pública.

Até elogio em parte pelo problema da cólera acontecido ali em Paranaguá, que prontamente foi restabelecido a contaminação que já se alastrava e, foi ela realmente controlada.

Mas, nesse episódio Senhores Deputados, tenho a certeza que a conta devida pelo Governo do Estado, não é promessa eleitoral e muito menos, compromisso político, é um trabalho de Saúde Pública, prestado pela comunidade de Ponta Grossa, à cidade e a Região dos Campos Gerais. Não é admissível que até a presente data, agora, já com o Paraná na situação, realmente, difícil em que se encontra, que a saúde não será, ela essencial e fundamental no atendimento de recursos que sobram nesta área.

Mas, quero Sr. Presidente como segundo assunto, que Vossa Excelência me inscrevesse amanhã no Grande Expediente, para que possamos, aí sim, Sr. Presidente vou reclamar a este Plenário e a esta Casa, a revisão do contrato das concessões das rodovias no Paraná, no que tange a permissibilidade de 15 metros à direita e a esquerda das rodovias paranaenses que compõem um Anel de Integração.

Vou denunciar nesta Casa Srs. Deputados, a maior maracutaia que vai acontecer no Estado do Paraná. Aonde o pedágio não de automóvel e nem de caminhão que vai ser aumentado, mas o pedágio do gás, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

De Campo Largo à Ponta Grossa vamos utilizar e vou trazer documentos nesta Casa, amanhã, transcrito na imprensa de Ponta Grossa, quando a mais alta autoridade do gás do Paraná, já está vendo a inviabilidade do programa do Gás Natural a ser estendido a nossa cidade, conseqüentemente, também o impedimento dele ser estendido de Ponta Grossa à Apucarana, à Maringá, à Londrina, à Umuarama, à Cascavel, à Foz do Iguaçu. E de Foz do Iguaçu de Volta à Guarapuava e à Araucária.

Porque vejam Srs. Deputados e amanhã trarei a esta Casa, de Campo Largo à Ponta Grossa utilizando só trinta e poucos quilômetros a RODO-NORTE que é o “bicho papão” do povo do Paraná, vai cobrar, pediu inicialmente 800 mil reais ano, de aluguel do terreno. Depois “demarchés” fez um desconto de 50%, e apresentou agora a proposta de 400 mil reais, para comprar a Companhia Paranaense de Gás.

Se nesse trajeto Srs. Deputados, eles vão querer 400 mil reais, projetem, Srs. Deputados: quanto custará o Anel de Integração que vai ser estendido o gás em todo o Paraná?

Vai ter mais lucro a RODONORTE e as outras permissionárias da exploração dos serviços do Paraná, mais do que o pedágio. É um roubo contra o povo.

Vamos reaver este contrato. Se esta Casa não o fizer, entraremos com as maneiras jurídicas que forem possíveis, para que o Paraná não pague um pedágio a ser assentado do lado da rodovia.

Se isso não for roubo, não existe roubo nenhum no Estado do Paraná!

O Sr. Caíto Quintana

O Senhor me permite um aparte?

Deputado Zuk, estou acompanhando as colocações de Vossa Excelência e chamo a atenção de Vossa Excelência e deste Plenário, Deputado Zuk, que a cobrança da passagem do gás canalizado à margem da rodovia é o primeiro dos reflexos que teremos no futuro de cobranças por qualquer tipo de atividade estabelecida na margem das rodovias pedagiadas. Isso consta neste contrato - draconiano - assinado. Isso, Deputado Zuk, seguramente não está sendo levado em consideração neste momento em que está se analisando, inclusive, o aumento do pedágio. Folgo em perceber que, Vossa Excelência, um Deputado com larga experiência, com passagem já pelo Executivo de uma cidade importante como Ponta Grossa, proceda uma denúncia ou um alerta igual a este, porque, indiscutivelmente, a Assembleia Legislativa tem uma responsabilidade de reavaliação desta autorização dada para o pedágio e para a cobrança da faixa de domínio em torno do pedágio. Porque assim como haverá problema com o gás, haverá problema no futuro com qualquer outra atividade comercial estabelecida à margem da rodovia.

Parabéns Deputado Zuk. Folgo em perceber que Vossa Excelência que, naturalmente, faz parte de base de apoio do Governo, mas se revolta contra uma atitude que venha a trazer prejuízo à sua querida cidade de Ponta Grossa nos Campos Gerais.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Iremos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na tarde de amanhã, trazer os reclamos da nossa cidade que são os reclamos do Paraná, tornando quase inviável. Porque nós assumimos com o Presidente da Companhia Paranaense de Gás o fornecimento de 300 mil metros cúbicos à Sadia, à Tetra Pak, à Sanbra que é a atual Ceval, à Coimbra por um preço X de metro de gás/cúbico. Com esse pedágio vai se tornar inviável a nossa palavra empenhada e a nossa promessa assumida.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, me concede um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Com muito bom gosto.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, vi que Vossa Excelência, num primeiro instante, voltou a fazer as críticas quanto à questão da Santa Casa de Ponta Grossa. Vossa Excelência sabe as dificuldades financeiras que passa o Estado e é natural que existe a preocupação do Estado. No dia que Vossa Excelência fez o pronunciamento é costume desta Liderança levar ao conhecimento do Secretário da área para que tome as medidas cabíveis e tente solucionar o problema. As medidas estão sendo estudadas pelo Secretário de Saúde, existe a boa vontade, agora, é claro que dinheiro num momento desse de dificuldades não cai do céu, não nasce em árvore e nem cai de pé. Então é natural que Vossa Excelência tem que trazer aqui as reclamações da sua cidade, não lhe tiro o direito, até me somo a Vossa Excelência. Mas, coloco aqui com toda a franqueza de que, num momento de dificuldades, nós, que somos aliados do Governo, temos que procurar achar soluções para todos os problemas do Estado e este também é um problema que atinge a este cidadão que é Líder do Governo e também ao Secretário de Estado e ao Governador Jaime Lerner.

Quanto à questão da Copagás que Vossa Excelência está falando, quero dizer que nada ainda é oficial da cobrança ou não cobrança. Nós estivemos reunidos com o Chefe da Casa Civil na última semana, quando aqui foi pedido informações quanto a esta questão, e existe uma determinação do Governo do Estado de não permitir a cobrança para que este gasoduto passe à margem das rodovias. Esta posição é uma posição que está sendo estudada pelo Governo do Estado, é uma vontade do Governo do Estado que isto não venha a acontecer. Então, nada ainda é definitivo, acho que nós podemos é sim, lutarmos para que isso não aconteça e para que o gás chegue a Ponta Grossa e outras regiões do Estado o quanto mais barato possível. Trago esta posição porque estivemos dis-

cutindo esta questão com o Chefe da Casa Civil e esperamos ser vitoriosos nesta caminhada, o Chefe da Casa Civil é defensor que não tenha cobrança, também tenho esta visão, mas Vossa Excelência sabe que estamos sendo regidos por um contrato, mas ninguém está escape de uma boa conversa.

É esta posição do momento, e tão logo tenhamos uma posição definitiva gostaria de voltar a tratar desse assunto com Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre Líder do Governo, Deputado Rossoni, que sabíamos já da sua presença no reclamo da nossa cidade pela representação política que vossa pessoa tem no vizinho município nosso de Imbituva, e que tem realmente a Santa Casa de Misericórdia prestado um serviço de atendimento a esse seu domicílio eleitoral e a várias regiões realmente da região dos Campos Gerais. E sabemos também do seu empenho desde aquela primeira denúncia feita pela nossa pessoa, da cobrança do gasoduto a ser levado à Ponta Grossa, e sabemos perfeitamente bem que o Governo não irá concordar com isso.

Por isso, no dia de amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados e ilustre Líder, estaremos debatendo no Grande Expediente, trarei a esta Casa uma proposta porque agora com a sua pessoa somamos realmente o interesse de todo o Paraná, seja de crítica ou de situação ou de defesa, mas realmente de comum acordo com o Governo e principalmente com as indústrias que vão consumir este gás, se é pensamento do Governador realmente não cobrar, iremos entrar, acredito nesta Casa com um requerimento a S. Exa. o Governador do Estado, para que possamos retirar daquele contrato, porque apesar da boa vontade que possa ter os atuais diretores das permissionárias, das concessões de estradas estaduais, no dia de amanhã este acordo poderá ser rompido e o contrato vigente poderá realmente ser cobrado.

Então, iremos fazer ou estudar com esta Casa, e amanhã será a oportunidade de debater o assunto de um meio jurídico, para que nós possamos realmente banir de vez aquela preocupação do ilustre Deputado Caíto Quintana e de V. Exa. e de nós todos, para que não se permita não só a cobrança do gasoduto, mas que também não dê a liberdade para que as permissionárias cobrem dos estabelecimentos comerciais, situados ao longo da rodovia, a cobrança como estão tentando fazer através do contrato estabelecido realmente, de todo o aparato em termos comerciais que será pago com mais um pedágio de concessão, de liberdade de colocar uma placa indicativa do seu estabelecimento comercial.

Acho que realmente fizemos um contrato, o Paraná fez e o contrato pode ser modulado e pode ser realmente transformado no interesse maior que

não é do Governo, mas interesse maior do povo do nosso Estado.

Obrigado Senhor Presidente, e a minha inscrição para amanhã no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli do PTB.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para tornar claro os fatos que vêm ocorrendo a nível de imprensa estadual, e mais pontualmente a nível de imprensa em meu município, município que tenho a honra de representar nesta Casa, que é o município de Guarapuava.

A imprensa estadual, na semana que passou estampou matérias, nas quais, o cidadão que ocupa hoje a Prefeitura de Guarapuava, faz fortes e contundentes críticas ao governo do Estado e quando aquele cidadão faz críticas ao governo do Estado, ele também faz críticas à representação a nível estadual do nosso município de Guarapuava e é em função dessas críticas, mentiras e destas palavras soltas ao vento, venho a tribuna desta Casa para esclarecer os fatos e para deixar clara a verdade.

Quero dizer, como representante de Guarapuava, como fui na Câmara Federal e como estou sendo aqui na Assembléia Legislativa, tenho a satisfação, a honra e orgulho de dizer que o atual governo é o governo que mais realizou obras em Guarapuava por vontade política daqueles que representam o município a nível estadual e federal, mas também, pela vontade política do Governador Jaime Lerner. Sabem os Senhores, não sou nenhum papagaio de corrente, que vem a esta tribuna, para aplaudir este ou aquele. Quando for preciso fazer as críticas, estarei pronto, como já as fiz, mas tenho a horadez para vir defender a verdade. Gostaria que todos os senhores tomassem conhecimento do volume de obras e ações do atual governo no Município de Guarapuava e eu, como muitos dos senhores, que já tiveram a oportunidade de ser Prefeito da cidade que representam, sabem o que é ser prefeito de um município e não ter uma cooperação com as outras esferas de governo. Quando fui Prefeito do Município de Guarapuava, não assinei um convênio sequer com nenhum dos líderes de governo, nem estadual e nem municipal. Em nenhum momento, fui para a imprensa, queixar-me ou acusar este ou aquele de discriminação. Procurei sim, lá no meu município, resolver os problemas, aumentando a arrecadação, zelando pelo dinheiro público, fazendo obras somente com recursos próprios e as obras estão lá. As ações da nossa administração fic-

aram lá e estão marcadas na história de Guarapuava. Agora, assisto com tristeza, com muita tristeza o prefeito da minha cidade fazer acusações vãs e levianas. Não sabe, certamente ele, as ações do Governo do Estado em nosso município.

Tenho aqui elencado a grande maioria das obras. Tenho certeza que esquecerei de muitas, porque tantas são elas que certamente muitas fugiram do apanhado que fiz da semana passada para cá, mas não posso concordar com essas afirmações. Sempre que forem verdadeiras, estarei ao lado de quem quer que seja, mas como estarei sempre, ao lado da verdade. Para que os senhores tenham idéia, a última escola que o governo do Estado havia construído no Município de Guarapuava, foi em 1986 no Governo de José Richa.

Após isso, criou-se um vazio e nada mais foi construído. As primeiras escolas que foram construídas, após esse vazio, foram construídas no atual governo e não foi uma e nem duas. Fora, quarenta novas salas de aula. Não só salas de aula, porque foram escolas novas. A escola com toda estrutura necessária, com laboratórios, com as salas para ter condições a secretária, orientadora, a diretora, a área de lazer. Nessas quatro novas escolas foram construídos seis mil, seiscentos e quarenta e sete metros quadrados, mas não foi só a preocupação com escolas novas, porque eu senti isso na carne, quando prefeito do município, tive que construir cento e quarenta e quatro salas de aula com recursos próprios porque não tínhamos a parceria e eu não acusei ninguém, mas além das novas escolas, foram feitos reparos e ampliações em outras escolas, totalizando mais dez salas de aulas e outros investimentos, como novas cozinhas, novos departamentos para a execução da merenda escolar. Foi atendido, com escola nova, o bairro do Campo Velho, com a Escola Raul Henrique Lupateli; lá na Vila Colibri a Escola Pedro Itararé; na Colônia Vitória no Município de Entre Rios a Escola Dom Pedro Primeiro; na Vila Santana, no perímetro urbano, a nova Escola Rui Barbosa, cada uma com 10 salas de aula. A Escola Estadual Padre Chagas foi ampliada em mais 05 salas de aula. O PROEM atendeu colégios, não só com a ampliação, mas com a construção dos laboratórios de informática. Só em duas escolas foram investidos dois milhões de reais. Coberturas de quadras esportivas, praticamente todas as escolas foram aquinhoadas com a cobertura das suas quadras esportivas. Tivemos a construção da primeira usina do conhecimento, foi realizada em Guarapuava. Mas, de todos esses investimentos, de todas essas ações do Governo do Estado a que eu reputo a mais importante, Senhor Presidente, foi o reconhecimento da nossa Universidade - a UNICENTRO. A UNICENTRO foi criada num momento político, num momento eleitoral.

Criaram a Universidade, mas ela existia no papel, mas não existia de fato, não existia de direito, porque não havia o reconhecimento, foi colocada na lei, mas precisava haver o reconhecimento, e não existiu vontade política. E a época das eleições em 1994 em uma reunião lá em Guarapuava, numa das salas do Hotel Atalaia, o então candidato Jaime Lerner, a quem eu acompanhava, numa reunião com professores, alunos e comprometeu a reconhecer a UNICENTRO e já no 1º ano de Governo, em dezembro de 1995, a nossa Universidade foi reconhecida.

Após isso, levei a documentação, em mãos. Até o Ministro da Educação esteve lá e retornou para Curitiba, novamente, que em função da nova Lei de Diretrizes e Bases o reconhecimento de uma entidade estadual, ou seja, uma entidade que mantém o Estado é reconhecida pelo Governo do Estado, voltou e de imediato o Governador Jaime Lerner fez o reconhecimento. E esse reconhecimento proporcionou a instalação de novos cursos: fisioterapia, enfermagem, engenharia florestal, engenharia da madeira e inúmeros outros cursos. Além disso, foi repassado recursos para a ampliação do campus universitário, quase um milhão de reais para a ampliação do campus universitário, para ser mais preciso oitocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais. Mas, não foi só na área de educação que o Governo do Estado teve uma atuação firme em nosso Município, na área de segurança.

E repito, quando Prefeito fui daquela cidade eu tinha que dar gasolina para os carros da polícia se locomoverem, tinha que pagar o conserto dos carros que andavam caindo aos pedaços, tinha que mandar desentupir fossas, tinha que mandar fazer novo piso e levantar paredes na delegacia de polícia em Guarapuava. Todos esses problemas foram sanados. Hoje a frota, tanto da Polícia Militar, como da polícia Civil é uma frota nova, com condições de atender a população. Além disso, e aqui já houve outros deputados que falaram a respeito da falta de infra-estrutura do Instituto Médico Legal, inclusive foi motivo de uma Comissão de Segurança e aqui estiveram os diretores do Instituto Médico e também do Instituto de Criminalística. Também para Guarapuava foi um novo camburão, não o camburão com o rabecão, porque antes as pessoas que faleciam em algum acidente eram transportadas na carroceria de qualquer caminhonete aberta, hoje tem os equipamentos necessários para um bom atendimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado, permite-me apenas uma pergunta?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Com todo o prazer e com toda a satisfação, nobre Deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado, sem querer fazer uma polêmica com V. Exa. estou assistindo o seu pronunciamento a respeito as obras do Governo do Estado na sua cidade de Guarapuava, que admiro o gosto muito e sei que na sua gestão a cidade teve um avanço em vários setores que são dignos de nota por todos nós. O Senhor sabe disso porque tive a oportunidade de manifestar o meu pensamento a respeito da cidade para Vossa Excelência. Estas obras que agora Vossa Excelência está listando, são da gestão do atual Prefeito ou Vossa Excelência está listando obras que já aconteceram na cidade?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

São obras que já aconteceram e são obras que estão acontecendo. São o que iniciaram, algumas delas, na administração do ex-Prefeito César Franco e tiveram continuidade na atual administração. E, muitas delas, que vou citar aqui, são obras que sequer iniciaram, que estão licitadas.

Digo mais, na área de segurança, o CIRETRAN, que é regional e tenho aqui o nobre Deputado Marcos Isfer que foi diretor do DETRAN do Paraná e sabe muito bem como funcionava o CIRETRAN em nossa cidade. Numa pequena sala acanhada. O CIRETRAN de Guarapuava, um município que tem uma abrangência sobre diversos municípios e atinge uma população em torno de quatrocentos mil habitantes, as pessoas tinham que recorrer a uma sala e nos dias de chuva ficavam ao tempo. Não tinham tempo para serem atendidos.

Foi construída uma nova e moderna sede do CIRETRAN em Guarapuava com 1.147m², com toda infra-estrutura de atendimento ao público para inspeção dos veículos, para os exames necessários para obtenção de carteira de motorista e demais documentos.

Mas, além de todos estes investimentos, está lá já construída em Guarapuava e deverá ser inaugurada nos próximos meses, a primeira penitenciária industrial em construção no Brasil.

Um projeto pioneiro, um projeto de vanguarda. Projeto este que foi construído em parceria com o Governo Federal. Uma obra de mais de sete milhões de reais onde o Estado entrou com 25% e o Governo Federal com 75%. E quando estávamos em Brasília conseguimos alocar recursos no orçamento para que estes recursos fossem liberados para aquele presídio.

Mais: na área de infra-estrutura. Guarapuava sofria muito e lembro que foi motivo de uma reunião que mantive com os Governantes da época. A ampliação da subestação da COPEL em Guara-

puava. Vejo aqui o nobre Deputado Pugliesi que fez o processo de industrialização do seu município e é reconhecido por isso.

Sabe ele da necessidade que existe de se ter energia elétrica em abundância no Município para que possamos fazer o desenvolvimento industrial. Guarapuava carecia de investimentos numa subestação.

Não tinha energia suficiente. embora a energia passasse por Guarapuava vindo de Foz do Areia, de Salto Santiago de Salto Osório, ela não ficava em Guarapuava porque em Guarapuava não existia uma subestação capaz de pegar esta energia, transformar e entregar aqueles que a quisessem consumir. A COPEL investiu em Guarapuava, numa nova subestação, três milhões, quatrocentos e noventa e três mil reais. E não foi só isso, na ampliação da rede de energia elétrica rural, a COPEL investiu mais dois milhões, trezentos e quarenta e oito mil reais.

Em outra área que considero de fundamental importância, que é o saneamento, porque considero que saúde e educação devem ser sempre prioridades do poder público. E, saneamento é saúde.

Guarapuava, que na época em que fui Prefeito tinha apenas dezenove por cento da cidade atendida por rede de esgotamento sanitário, conseguimos a duras penas, construir mais alguns quilômetros, muitos deles quando fiz habitações populares. Com recursos exclusivos do município tive também que construir a rede de esgotamento sanitário e a estação de tratamento. Consegui da SANEPAR, à época, apenas o projeto para o atendimento daquela região.

Quando deixei a Prefeitura de Guarapuava tínhamos em torno de 25% do perímetro urbano atendido pela rede de esgotamento sanitário.

A SANEPAR já concluiu em Guarapuava mais 83 quilômetros de rede de esgotamento sanitário com a estação de tratamento, fazendo 4 mil 250 ligações e está em execução 95 quilômetros da rede de esgotamento sanitário, atendendo mais 3 mil e 94 ligações. As duas obras totalizando 8 milhões e 600 mil reais de investimentos exclusivos da SANEPAR, onde a Prefeitura não coloca um centavo sequer naquela obra. e o que é mais importante, quando assistimos pela imprensa o Prefeito acusar o Governo do Estado de estar discriminando o nosso município, digo aos senhores, no próximo dia 12 de maio, deverá ser aberta uma licitação pública na SANEPAR no valor de mais de um milhão e seiscentos mil reais para fazer estação de tratamento e também os interceptores de uma região da cidade, mais precisamente da Vila Bela, da Vila Planalto e do Jardim Veneza.

Pergunto aos Senhores: onde está a discriminação? Por que, por que lançar mentiras, por que

fazer acusações falsas? Certamente para encobrir a sua capacidade de administrar o município de Guarapuava.

Um município que realizou no ano passado um orçamento de 47 milhões de reais. E digo aos senhores, à época que fui Prefeito na minha cidade e tenho aqui colegas Deputados que também foram prefeitos à época que fui prefeito, como o Deputado José Maria.

O Município de Guarapuava em valores atuais realizou na média dos quatro anos um valor de 20 milhões de reais. O ano passado realizou 47 milhões de reais e digo mais, no último ano da administração do ex-Prefeito César Franco, Guarapuava realizou orçamento de 34 milhões.

Então, de 96 para 98 houve um incremento na arrecadação do município de 14 milhões de reais e certamente o Prefeito não podendo dar satisfações, não podendo mostrar serviço à população porque não tem vontade de trabalhar porque é indolente, porque não tem vontade política, ele tenta jogar a culpa no Governo do Estado dizendo que é discriminado.

Mas temos mais obras, temos o setor de transporte, Guarapuava em rodovias rurais ganhou em torno de 90 quilômetros de asfalto. E eu pergunto a muitos dos Deputados que representam diversos municípios, qual foi o município que ganhou que recebeu investimento no seu interior, no interior do seu município em estradas municipais, de 90.1 quilômetros de estradas asfaltadas?

Além disto, pontes que há mais de 20 anos haviam roubado, como a ponte do Rio Jordão que é uma ligação importante da BR-277 com o Distrito de Entre Rios, um distrito altamente produtor, ganhou uma nova ponte de concreto construída pelo Departamento de Estradas de Rodagem. As estradas asfaltadas que me refiro é uma estrada que sai da BR-277 e leva até o novo Município de Goioxim e a outra que leva até o distrito de Guairacá. Em readequação de estradas Guarapuava ganhou 2 mil 981 quilômetros de estradas readequadas, nobre Deputado Valdir Rossoni.

O setor de habitação, foram construídas, já concluídas em 97.144 unidades. Estão em construção, mais 105 residências pela COHAPAR.

No setor de saúde, todo o medicamento, um volume enorme de medicamentos foi levado para Guarapuava. E as ambulâncias que hoje transportam os pacientes em Guarapuava foram doadas pelo Governo do Estado, porque as que existem lá ainda são as que eu comprei na época, são 91 e outras 92, umas velhas Caravans. As ambulâncias novas que estão lá foram as duas que foram doadas pelo Governo do Estado através do Programa Paraná mais Saúde, e o que é mais importante, nós conseguimos incluir Guarapuava com uma unidade

do SIAT e este processo ficou rolando lá no município até dezembro do ano passado, quando o Prefeito se negava a assinar o convênio porque dizia que era muito para o Município de Guarapuava, suportar a contratação de um médico e de mais dois auxiliares; enquanto o Estado já havia feito o treinamento de trinta funcionários ligados à Polícia Militar, mais precisamente ao Corpo de Bombeiros, que estão lá a disposição para funcionar e hoje não está funcionando o SIAT não só para atender Guarapuava, mas para atender a região e principalmente a BR- 277 que corta o nosso município.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Vossa Excelência vai me desculpar mas a sua explanação me obriga fazer mais um pequeno e breve aparte, porque escutei atentamente, Vossa Excelência foi Prefeito de Guarapuava, elegeu o sucessor, hoje Diretor do DETRAN, Senhor César Franco, Vossa Excelência se elegeu Deputado federal, e hoje a administração da cidade de Guarapuava está um Prefeito que faz uma oposição ao Governo Jaime Lerner.

E conheço a cidade de Guarapuava, desde o período de sua gestão e o que era Guarapuava antes. Sou testemunha de que uma transformação aconteceu na cidade do ponto de vista da vida urbana dos habitantes daquela cidade. e pelo relato que Vossa Excelência faz eu vejo que verbas para a educação foram para Guarapuava, verbas para o saneamento básico foram para Guarapuava, verbas para a saúde foram para Guarapuava, verbas para a segurança foram para Guarapuava, verbas de estrutura urbana viária foram para Guarapuava, verbas para estradas foram para Guarapuava.

Quero dizer para o Senhor, sou de uma cidade daqui do ladinho de Curitiba, uma cidade que não conseguiu construir uma única casa, uma, uma casa com verba do Governo nesses últimos quatro anos, não fez uma única quadra de saneamento básico com verba do Governo do Estado do Paraná, não conseguiu asfaltar nenhuma pequena estrada, nenhum quilômetro, na sua cidade foram 90 quilômetros, na minha pequena cidade aqui perto de Curitiba, nenhum quilômetro foi asfaltado com verba da cidade do Governo do Estado do Paraná. Hospital morre, a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, morre porque não tem um único centavo de apoio do governo do Estado do Paraná. O único e grande colégio, patrimônio histórico do Paraná, aonde foi a casa do ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha, hoje está interditado porque está caindo aos pedaços, que é na Cidade de Paranaguá.

Não há locação de recurso um único centavo do Governo do Estado para esta cidade, nem com a

cólera o Governador Jaime Lerner teve a capacidade e sensibilidade de entregar qualquer recurso ao prefeito da cidade para que ele pudesse dar cesta básica aos pescadores que tiveram a sua atividade produtiva comprometida, porque hoje em Paranaguá por causa do cólera, ninguém mais consegue pescar e vender os produtos da pesca. Mas me parece Deputado, não tenho nenhuma relação política com o Prefeito da cidade de Guarapuava, mas tenho um guarapuavano que me assessora e que há muito tempo é militante do Partido dos Trabalhadores, e por isso me interesso sobre as questões de Guarapuava, Vossa Excelência sabe de quem eu estou falando.

Parece-me que hoje a discussão na cidade de Guarapuava, é uma discussão que também é remetida aos outros municípios. O Paraná Urbano o Governo não repassa a verba devida, que não é nem do Governo, é uma verba que o Governo deveria repassar porque é um convênio com organismos internacionais para a Cidade de Guarapuava.

Vossa Excelência poderia também se reportar a esse aspecto e talvez fique uma imagem que o governo discrimina, e discrimina profundamente as cidades que lhe dão apoio político. O Governador tem que entender que ele é governador do Estado do Paraná, e deve procurar com isonomia atender as demandas do Paraná, independente das posições políticas de quem está no comando do cargo no exercício de uma prefeitura.

Me parece hoje pela descrição que o Senhor faz, tão correta, que a cidade de Guarapuava, por ter tido o apoio político de Vossa Excelência, um dos poucos Prefeitos que apoiou o ex-Prefeito Jaime Lerner e hoje Governador do Estado, desde os tempos do PDT, me parece que a cidade de Guarapuava, enquanto teve apoio político seu e daqueles que eram do grupo do Senhor Governador, foi muito bem aquinhoadada com obras públicas. hoje padece no ostracismo porque faz oposição ao que é melhor para o Paraná.

Muito obrigado e me desculpe aproveitar, de certa maneira com alguma deselegância, porque me aproveito do seu aparte para fazer uma crítica.

Mas receba isso como uma exposição do contraditório para enriquecer o nosso debate, na Assembléia.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Nobre Deputado Vanhoni, recebo o aparte com muita alegria porque ele vem ao encontro dos relatos que fiz e que farei.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Carli, me permite um aparte que acredito que enriqueço um pouco mais o seu aparte.
(Assentimento)

Senhor Presidente com a aquiescência do Líder do PFL, Deputado Carli, poderá fazer uso do Horário do PFL e também do PTB, se preciso for.

Deputado Carli eu ouvia com atenção o que Vossa Excelência falava. Eu ia pedir um aparte para cumprimentá-lo por ter vindo a esta tribuna fazer o relato das obras do Governo Jaime Lerner.

Mas a voz inteligente do Deputado Vanhoni fez com que eu me lembrasse de algo muito mais importante do que cumprimentá-lo. Acho que este é um momento de esclarecimento.

Quero aqui deixar um desagio ao Deputado Vanhoni. Primeiro ele falou algo, querendo comprometer o Governo do Estado, quando o Deputado Vanhoni sabe que o Governo do Estado está impedido de atuar nesta área, em Paranaguá, quando a companhia de saneamento lá está privatizada. Mas eu gostaria de fazer um desafio aqui e ouvi rumores aqui, atrás de mim, e tenho certeza que tem representantes de Paranaguá aqui, e que amanhã farão um relato do que foi feito em Paranaguá.

Tenho conhecimento de uma situação, em Paranaguá, que já atinge a todo o Paraná, beneficia todo o Paraná, que é o Porto de Paranaguá. Sou um pequeno exportador e sei o quanto avançou o Porto de Paranaguá, sob a administração do Governador Jaime Lerner. Os custos e isso significa o quê? Avanços na operacionalidade do Porto de Paranaguá.

Mas, como resposta - e para demonstrar aqui aos Senhores Deputados que não é só Guarapuava - existe uma cidade a qual represento, com muito orgulho, que se chama União da Vitória e que é administrada pelo PT. E eu poderia fazer aqui o mesmo relato que Vossa Excelência está fazendo, o mesmo relato que há muitos anos não se construía uma sala de aula, agora foram resolvidos todos os problemas, na área da Educação.

Nunca se investiu, em União da Vitória, quanto se está investindo na área de saneamento. Não tenho aqui o relatório de União da Vitória, mas por eventualidade, tiver dúvida o Deputado Vanhoni, trago duas demonstrações, cabais, para o caso. Primeiro, declarações do próprio Prefeito do PT, enaltecendo a parceria que está sendo com o Governador Jaime Lerner. Em segundo, trago o relatório das obras executadas em União da Vitória, onde é administrada por um Prefeito do PT, para provar que não existe discriminação no Governo Jaime Lerner, mais obras do que foram realizadas em oito anos passados. Então, se por eventualidade, ficar dúvida aqui no meu aparte, poderei vir fazer o relato do que foi realizado, em União da Vitória, sob a administração do PT em parceria com o Governador Jaime Lerner.

Mas gostaria de fazer uma pergunta, até para fazer uma análise da situação de Guarapuava:

porque existem alguns projetos do Governo Jaime Lerner que dependem da participação da Prefeitura, foram executadas, em Guarapuava, Deputado Carli, Vilas Rurais?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Está já para ser elaborada, estão aguardando a disponibilidade da área para ser implementada uma Vila Rural.

O Sr. Valdir Rossoni

Era só essa pergunta.

Agradeço o aparte e cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, agradeço o aparte do nobre Deputado Valdir Rossoni, como já agradei ao Deputado Ângelo Vanhoni.

E, queria dizer ao amigo, a quem respeito, considero, e digo, Deputado Vanhoni, em quem me espelho muito, pelas suas colocações ponderadas e sábias. Aquilo que o senhor disse em sue aparte, vem confirmar o que digo nessa tribuna: não existe discriminação do Município de Guarapuava. Não posso responder-lhe a respeito dos investimentos que o Governo fez, não fez em Paranaguá, porque é uma região que não tenho nenhum conhecimento, mas vou ao ponto que o senhor colocou.

O PARANAURBANO, que foi o motivo da queixa, da choradeira e da desculpa que não pode fazer as coisas porque o Governo do Estado - e mais ainda, lá na imprensa local, o cidadão que ocupa o Paço Municipal costuma dizer que é o Deputado Fernando Ribas Carli que não deixa vir as obras e os recursos para Guarapuava.

Tenho em mãos aqui, recursos, nobre Deputado Vanhoni, do PARANAURBANO. No dia 13 de abril foi liberado 141 mil reais para a compra de uma retroescavadeira. Nesse mesmo dia, mais de 199 mil reais para compra de um trator de esteira. Vejam agora a data e analisem: se fosse para haver discriminação, o Governo certamente não liberaria dia 21 de setembro - as eleições, se não me falha a memória, ocorreram a 3 de outubro. E o Prefeito apoiava um outro candidato, inclusive com declarações via televisão. No dia 21 de setembro foram liberados mais 149 mil, 250 reais para a compra de uma vibro-acabadora. Mas não foi só isso: nesse mesmo dia, foram liberados mais 57 mil e 800 reais para a compra de um caminhão caçamba. No dia 25 de setembro houveram duas liberações, ambas de 72 mil, 446 reais, para a compra de dois caminhões coletores de lixo. E, no dia 17 de setembro - tudo véspera de eleição - foi liberado 282 mil reais para a execução de pontos, de abrigos de ônibus cobertos.

E já estão com problema, Senhores Deputados, porque foi feita a liberação, não sei o que ocorreu, não sei o material que foi empregado, só sei que o fiscal do Banco Mundial agora, foi lá e constatou que o abrigo de ônibus, até bonito, que aquele bonito que não atende realmente à população. É um abrigo de ônibus que tem uma cobertura de fibra de vidro com um pé de ferro. Sabemos - qualquer leigo sabe - que o ferro, se não tiver o preparo de vidro, em contato com a chuva, com o sol, enferruja. A verdade é que aqueles tubos - não sou especialista, sou leigo, mas sou curioso - sei que deveria ser tubo galvanizado, que não sofre a ação corrosiva do tempo. Então, nem bem terminada a obra, a fiscalização já constatou problemas de ferrugem e de apodrecimento. Então, para a construção desses abrigos de ônibus, foram liberados quase 300 mil reais.

Então, só do PARANAURBANO, nobre Deputado Ângelo Vanhoni, 1 milhão de reais foram liberados para o Município de Guarapuava. Foi liberado, está aqui com a data da liberação de recursos. Foi repassado dinheiro, alguém já pôs a mão nesse dinheiro.

Os caminhões coletores de lixo em Guarapuava andam - vejam só, ele é tão mentiroso, repito, que diz que não recebeu nada do PARANAURBANO - e os caminhões de coleta de lixo em Guarapuava têm estampado, Senhor Presidente, em suas portas: "PARANAURBANO - Governo do Estado do Paraná". Está lá a prova, todos sabem. Mas tenho certeza que a imprensa estadual não tomou conhecimento disso.

Então, aqui estão provas de que Guarapuava não está sendo discriminada. Guarapuava, acredito, está sendo até privilegiada, porque vejam os Senhores: só agora no dia 12, vai abrir uma licitação de quase 2 milhões de reais para a área de saneamento. Vejam quantos quilômetros de rede de esgoto sanitário foram feitos. Só em execução tem 90 quilômetros.

Então, isso me deixa mais convicto de que na verdade o atual ocupante do Paço Municipal de Guarapuava, na verdade, tenta, de uma maneira ou de outra, encobrir a sua incapacidade, porque ele não consegue responder aos anseios da população, que deteriorou o sistema de assistência à Saúde, onde inúmeras pessoas já morreram por falta de atendimento.

O pavimento asfáltico está todo esburacado, onde sequer, nobre Deputado Orlando Pessuti, nem as lâmpadas que queimam nas vias urbanas são trocadas. E é claro que a população está enxergando, está falando e está cobrando, e as pesquisas lá mostram que o índice de aceitação do indivíduo que está à frente da Prefeitura são os piores do Paraná, e com isso ele tenta encobrir acusando o Governo que quer discriminar.

(Solicitação de aparte)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu horário já inspirou em 7 minutos.

Vamos deixar o aparte para outra oportunidade, por gentileza.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Antes disso, Senhor Presidente, só queria, nas minhas palavras finais, deixar aqui a certeza de que a verdade sempre irá prevalecer, e deixo, através desta tribuna, da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um desafio. Lanço o desafio desta tribuna, vamos fazer um comparativo e vamos ver qual foi o Governo que mais realizou em prol do município que tive a honra de ser prefeito, que tenho a honra de representar nesta Casa e que tenho a alegria de lá ter nascido.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Vamos requerer o Horário da Liderança do PT, teria o imenso prazer, o Deputado Péricles, nosso Líder, vai fazer uso, teria o imenso prazer de ceder o Horário da Liderança do PT ao Deputado Fernando Ribas Carli para continuar o debate, mas não vai ser possível, porque o Deputado Péricles fará uso.

Mas, Senhor Presidente, sem sombra de dúvida, se não saí desse debate convencido de que Guarapuava esteja sendo discriminada, uma certeza trago neste debate do Deputado Fernando Ribas Carli, pelo seu relato, talvez seja a cidade mais discriminada de toda a história nesses últimos dez anos, e, principalmente, nesses últimos quatro anos, pelo Governo do Estado.

Vou requerer ao Prefeito Mário Roque e à Câmara de Vereadores, um relato completo, como o senhor trouxe aqui, de todas as verbas que o Governo do Estado alocou na Cidade de Paranaguá nesses quatro anos. Prometo a Vossa Excelência que tão logo chegue essas informações, vamos fazer um comparativo.

E não me venha o Deputado Rossoni com discurso de aperfeiçoamento do terminal de "containers", ou do terminal lá do desembarque de carros do Porto de Paranaguá, porque isso é para beneficiar a iniciativa privada que tanto privatizou o terminal de "containers" quanto o terminal de cargas. Não trouxe um benefício para o cidadão de Paranaguá e sim para dois grupos empresariais que sabemos quem são e onde trabalham aqui em Curitiba e no interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças.

PL. PSDB.

(Declinam)

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só queria deixar o registro oficial aqui na Casa: hoje é o "Dia do Parlamentar" e também o "Dia da Taquígrafa".

Então, gostaria de homenagear as senhoras taquígrafas, as jovens senhoras que trabalham conosco e também os taquígrafos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está feito o registro.

PSDB.

Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Meu objetivo não era nem de fazer um pronunciamento, mas sim fazer um aparte ao Deputado Ribas Carli, que com certeza, devido a posição que colocou aqui, foi um Prefeito operante, competente, transformou Guarapuava, embelezou Guarapuava. O guarapuavano tem orgulho com certeza de Ribas, do trabalho que Vossa Excelência fez como Prefeito. Constatei e acompanhei, porque éramos prefeitos juntos e sei o trabalho que foi realizado em Guarapuava.

Não vou entrar na questiúncula paroquial, porque apesar do Burko ser Prefeito do meu PSDB, mas acho que é uma questão de Guarapuava.

Mas, venho para dizer, tenho ouvido bastante amiúde, o Governo dizer que não está discriminando.

Ora, não é verdade, Senhores Deputados e Senhora Deputada, a discriminação existe e o Município, que tem pautado pela competência, pela seriedade, pelo respeito da aplicação das verbas públicas, tem sofrido discriminação do Governo Lerner. E não falo de liberação de verba à fundo perdido. Falo de empréstimo, que o município vai ter que devolver, falo de recursos que o município vai ter que reembolsar o Estado, falo de financiamento do PEDU, PARANAURBANO, melhor dizendo.

Tenho certeza que o Prefeito Carli, como eu, não fomos discriminados quando o PEDU vigia. Mas hoje, o PARANAURBANO discrimina o Secretário Lubomir Antonio Ficinski Dunin, está discriminando. Não tem que discriminar o Deputado José Maria porque ele tem um posicionamento crítico, mas discrimina um município que contribui e que paga, que tem com certeza, todos os empréstimos liquidados. É um município que tem CND, que recolhe, e tem que ouvir da assessoria do Senhor Lubomir Ficinski, dizendo que tem que conversar.

Ora, mandando recado, como se fossem garotos!

Isso é caso para ser denunciado no Banco Mundial, porque aí é recurso público.

Esta é uma situação que estamos vivenciando, tem capacidade de endividamento, como tem Cornélio Procópio, Ribeirão Claro, que a pouco ainda dizia das dificuldades em ter acesso ao PARANAURBANO.

É lamentável, acho que não reclamei ambulância, que não precisava ser entregue pela mão do Deputado José Maria, mas que fosse entregue para atender a um serviço de saúde, que é um dos melhores. Nosso índice de mortalidade infantil é quatro por mil, nascidos vivos até um ano.

O saneamento, não precisamos, não há necessidade do Governo do Estado fazer o saneamento em Ivaiporã porque é municipal. É um sistema redondo, é "superavitário". Nunca fomos do Governo do Estado.

Vossa Excelência, que já foi Presidente da SANEPAR, nunca viu o Município de Ivaiporã se valer da SANEPAR, de recursos públicos para que lá pudessem ser investidos.

A discriminação está a existir, sim. Agora, é até bom que esta questão venha à baila, para que possamos caminhar e fazer o esclarecimento. E espero que os outros municípios possam receber as estradas, que Vossa Excelência, Deputado Carli, alega ter recebido no vosso município, as Kombis e, inclusive, o PARANAURBANO.

Com a palavra, o Deputado Ribas Carli.

O Sr. Ribas Carli

Nobre Deputado José Maria, com quem tive a honra de caminhar junto, na frente da Associação de Municípios do Paraná, compondo a Diretoria, dizer ao senhor que não sei se fui o único, mas na minha época, Guarapuava não conseguiu assinar o PEDU que era o programa de Desenvolvimento Urbano e nem por isso, fui para a imprensa fazer ameaças vãs e vazias de que iria fazer isso ou aquilo. Me resciznei e fui cuidar do município, trabalhar no sentido de executar as obras como tenho convicção e certeza, conheço a realidade do seu município e sei do trabalho espetacular e com profundidade que o senhor fez no seu município.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eram essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa lembra a requerimento do Deputado Algaci Tulio, que após a sessão plenária, haverá, no Plenarinho, reunião das Comissões de Finanças,

Agricultura Indústria e Comércio, Terras, Imigração e Colonização, Ecologia e Meio Ambiente.

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, inicialmente queria cumprimentar o Deputado Luiz Carlos Zuk pelo seu pronunciamento. Na verdade, no contrato com as concessionárias está escrito que os recursos que elas obtiverem mediante utilização das rodovias ou aluguel a outras empresas, faz parte do cálculo das tarifas de pedágio. Portanto, o governo pode muito bem, se quiser, se tiver vontade política, isentar a cobrança para as empresas que vão transportar o gás e é apenas uma questão contábil, pura e simplesmente. O governo exige que as concessionárias não cobrem nada e isso não vai reduzir a tarifa, porque é um serviço de alto interesse público, o serviço de canalização de gás.

Portanto, Deputado Luiz Carlos Zuk, o senhor merece todo o nosso apoio e repito, se o governo tiver um pouco de boa vontade, nada vai ser cobrado dessa empresa.

Em se tratando desse assunto, temos uma coisa cômica! Uma notícia da Gazeta do Povo: "Estado culpa a comissão pela derrota do pedágio".

(Lê):

"ESTADO CULPA A COMISSÃO PELA DERROTA DO PEDÁGIO

O Procurador-Geral do Estado Joel Coimbra, confirmou ontem que o relatório sobre preço de pedágio a ser apresentado ao governo sugere realmente índices de reajuste acima de 100%. Ele criticou a derrota do recurso do governo, julgado anteontem no Tribunal Regional Federal (TRF), em Porto Alegre, e culpou os membros da comissão.

'Lamento que a comissão tenha feito vaziar as informações de aumento do pedágio que constavam no parecer, o que influiu no julgamento. Os consultores foram contratados, mas não há ordem entre os membros. Cada um sai dizendo o que quer', reclama o procurador.

O governo tentava derrubar no TRF uma liminar concedida às concessionárias do Anel de Integração, através da qual as empresas ficaram desobrigadas de investir nas estradas.

O TRF manteve a suspensão das obras, numa decisão que acabou esgotando todas as possibilidades do governo continuar com o processo em, Porto Alegre. Qualquer recurso agora, deve ser apresentado ao Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Segundo Coimbra, os advogados que representaram as concessionárias, em Porto Alegre defenderam seus argumentos, durante todo o julga-

mento, utilizando as informações sobre o conteúdo do parecer da comissão.

Numa análise preliminar os consultores calcularam que pelo menos uma das concessionárias precisaria subir seus preços em 107% para realizar todas as obras previstas. Eles argumentaram ainda que a redução de 50% nas tarifas, em julho passado, provocou um desequilíbrio financeiro nas empresas.

O Governador Jaime Lerner viajou ontem a São Paulo, com o secretário estadual dos Transportes, Heinz Herwig. O motivo da viagem não foi divulgado, mas acredita-se que os dois estiveram reunidos com a comissão. Um parecer oficial será apresentado apenas na quarta-feira."

Disso aqui, no mínimo, temos que rir. Não é possível! Não é possível! O que se julga do nosso povo, meu Deus do céu!

É evidente que quem definiu o preço da tarifa foi o governo do Estado. Foi o governo que decidiu o quanto iria custar a tarifa. Quem definiu os custos das obras a serem feitas, também foi o governo, só que ele não apresentou documento e as concessionárias tiveram que justificar o valor dos custos, apresentar uma chamada Proposta Comercial, onde constam os custos unitários das obras e aí foi provado o superfaturamento. Mas quem estabeleceu os custos iniciais foi o Governo. É evidente que estamos diante de uma farsa. a maior farsa montada, já não digo neste Governo mas talvez neste século que é a farsa do pedágio. E depois o governo entra com uma ação na Justiça para tentar ganhar as eleições para facilitar e ganhar as eleições, baixa o pedágio. as empresas entram com ação na Justiça e o Governo sabe, previamente que vai perder, evidente, pois fez um contrato leonino a favor das empreiteiras e contra o próprio governo e tenta, ainda, enganar mais uma vez o nosso povo com esta farsa visível e ridícula! E ainda o Procurador do Estado vem culpar a Comissão que é a mesma Comissão, sem dúvida, atrelada ao Governo desde o início, por vazar informações e por influir no julgamento do Tribunal.

É uma grande piada isso que está acontecendo, é um desrespeito profundo à inteligência desta Casa e ao povo do Paraná. Mas, esta semana, já vamos ter em mãos o relatório técnico dos engenheiros contratados por nossas Bancadas, para apresentar à imprensa paranaense e aos demais Deputados. E se tivermos as assinaturas necessárias à CPI, caso contrário vamos entrar na Justiça. Só queria fazer, inicialmente, este pequeno comentário.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que me traz à tribuna - nesta tarde, é a situação dos trabalhadores sem-terra no Paraná. Hoje recebi em Ponta Grossa - de algumas lideranças do MST, um documento intitulado.

(Lê):

"DESPEJO EM OTIGUEIRA-PARANÁ: SEIS TRABALHADORES FORAM ESPANCADOS E PRESOS

Um grupo de 60 policiais do GOE (Grupo de Operações Especiais), que estavam encapuzados, da Polícia Militar e da P2 (todos soldados do Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa) mais 2 Oficiais de Justiça, cumpriram ontem, 29.04.99 a ordem de reintegração de posse da Fazenda Santa Maria, no Município de Ortigueira, região Centro-Sul do Estado do Paraná. Segundo informações divulgadas na imprensa, o despejo teria ocorrido por volta das 13 horas, de forma pacífica e organizada".

Entretanto estas informações são contestadas pelos trabalhadores envolvidos. Segundo os sem-terra, os policiais obrigaram os trabalhadores a se deitarem no chão e, portando uma lista, gritavam os nomes para que as lideranças se identificassem. Em seguida levaram os trabalhadores Valdecir Bordignon (membro da coordenação estadual do MST), Luiz Castorino de Souza, Lourival Lesse, José Pedro Calistro, Aristides dos Santos Lisboa e Arlindo de Matos até um local à beira de um córrego, sem que os outros trabalhadores pudessem avistar. Os sem-terra foram espancados com cassetetes, socos e chutes, submetidos a afogamento, chingados e ameaçados. Segundo informações os policiais fizeram insinuações sobre as torturas e ameaças ocorridas em Renascença e afirmaram que não iam fazer ali o que fizeram em Querência do Norte".

A operação começou por volta das 9 horas da manhã de ontem e os policiais permaneceram na área até às 14 horas, quando outros policiais que não os que haviam realizado as torturas levaram os trabalhadores até a Delegacia de Ortigueira, enquanto os policiais que deram voz de prisão e que torturaram os trabalhadores fugiam.

As cerca de 60 famílias de trabalhadores sem-terra ocuparam a Fazenda Santa Maria na última segunda-feira, 26.04.99.

Entretanto, a CPT e os MST consideram que a ação, além de repetir a estratégia-padrão realizada em casos anteriores é um exemplo do que pode acontecer nas próximas horas no Paraná: despejo e desocupação de áreas; prisão, espancamento e tortura de lideranças e trabalhadores; forjamento de acusações; intimidação, ameaça, criminalização e desmoralização da luta pela terra no Paraná.

A FAZENDA SANTA MARIA E O TRÁFICO DE DROGAS

No mês de março a Polícia Federal de Londrina apreendeu na Fazenda Santa Maria, de propriedade de Rafael K. Daher, um avião e um lote de 300 quilos de cocaína procedentes da Bolívia. Com

isso, a polícia efetuou a prisão do empresário José Antônio Daher, de Londrina, que está respondendo por tráfico de drogas.

Prendendo, torturando e espancando os trabalhadores que ocuparam legitimamente esta área que não cumpre a sua função social, a polícia paranaense, além de legitimar e somar-se às ações das milícias armadas e da pistolagem no Paraná, passa agora a proteger e defender o tráfico de drogas.

Comissão Pastoral da Terra
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
Curitiba-Paraná-Brasil, 30 de Abril de 1999."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nos causa preocupação profunda, várias lideranças estão ameaçadas de morte, inclusive o Pe. Roque Zimerman, Deputado Federal pelo PT, de Ponta Grossa, não é possível que se dê esse tratamento a questão agrária do nosso Estado, não é possível!

Temos que nos perguntar: Quantas áreas, o Governo do Paraná comprou, fez qualquer outra forma de desapropriação para fazer reforma agrária até agora.

O MST tem tentado negociar em todos os momentos, saiu de várias áreas, não se recusou a sair, mas o quer é que as famílias não fiquem abrigadas no tempo e tenham uma área para produzir, trabalhar e viver em paz. É isso que o movimento quer.

Não podemos aceitar que aconteça isso no Paraná e no Brasil, os grandes crimes, os crimes de colarinho branco, as falcaturas do sistema financeiro, que agredem o erário público em bilhões de reais, não são punidas, são esquecidas rapidamente. As pessoas pobres que não tem alternativa de sobrevivência, a não ser virar mendigos pelas ruas da nossa cidade buscar uma terra para produzir, são punidas, incriminadas de todas as formas possíveis e imagináveis. E contra essa situação de profunda injustiça contra os pobres que a bancada do PT se solidariza aos trabalhadores rurais agredidos e violentados de Ortigueira e de outras lideranças também, algumas assassinadas, como recentemente aconteceu no oeste do Paraná, crianças receberam tiros de pistoleiros e mando do pequeno latifúndio e das melícias privadas, manifestamos o nosso mais profundo repúdio e pesar por esses acontecimentos.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Péricles, quando vejo o seu pronunciamento, e quando V.Exa. diz que não pode aceitar a ação, e dando a entender, ação da polícia do Paraná, e quando V.Exa. aí mistura com crimes de colarinho branco, a roubalheira da questão do Banco Central, quero dizer a V.Exa. que um crime não justifica o outro.

Quero dizer a V.Exa. de que a ação dos sem-terras hoje no Paraná, e os líderes que são os grandes responsáveis, por que estão fazendo uso de pessoas humildes e simples, sem sombra de dúvida a sociedade paranaense irá pagar muito caro por isso. E aí é que está a grande responsabilidade, V.Exa. deve ter visto a ação de um Prefeito da cidade de Betim, e se não me falha a memória esse Prefeito é do PT. Então, é bem o que diz o Boris Casoy: "quando nós estamos governando é uma ação, quando os outros governam tem que ser outra ação".

Então, o que o PT do Paraná pelo jeito quer, pelas palavras que V.Exa. está dizendo aqui, quer a "baderna", quer a indústria dos sem-terra.

Olha, Deputado Péricles! Conheço pessoas que foram levadas para o movimento sem-terra de uma forma tão irresponsável, eu não estou dizendo aqui que sou contra a reforma agrária, claro que sou favorável a reforma agrária, quem não é? Agora, o que está acontecendo é falta de responsabilidade, é muita demagogia em cima desta questão.

Quando vejo V.Exa. dizendo que não aceita, quando V.Exa. diz que não aceita a reintegração, a posse, V.Exa. está descumprindo a lei. Ora, se existe lei para o proprietário, para o latifundiário, o que você quiser classificar, existe lei também para os sem-terra. E pelo jeito o ilustre Deputado do PT e que é a grande maioria do PT do Brasil estão, sem sombra de dúvida, criando uma situação que não sei onde vamos parar, porque os excessos cometidos, e quero dizer de ambas as partes, só que uma parte está sendo obrigada a agir, pois estão sendo expulsos, a outra parte será induzida por pessoas politiquinhas, demagógicas que não têm responsabilidade social e jogam essas pessoas à beira das estradas, ao céu aberto, em cima de caminhões, só para se dizerem os pais da pobreza, os defensores dos oprimidos. Nós temos que parar com essa história, nós temos que levar a questão um pouquinho mais a sério. E hoje no Paraná a situação está grave, situação extremamente difícil. V.Exa. deve ter visto a última revista Veja desta semana, a Isto É desta semana, onde ela traz um relato dessa situação. E me desculpe a minha posição aqui, não sou um grande proprietário de terras, poucas, duas áreas de terras que tenho são reflorestadas.

O SR. PÉRICLES MELLO

O Senhor é a favor da tortura dos trabalhadores indefesos, é a favor ou contra?

O Sr. Valdir Rossoni

V.Exa. está fazendo uma pergunta que é óbvio que eu sei responder, é a mesma coisa que eu fazer a mesma pergunta para V.Exa., ninguém é a favor da tortura. Agora, nós também não podemos ser a

favor de pessoas que usam da demagogia e da humildade, da simplicidade das pessoas que estão passando necessidade para transformá-las num instrumento politiquês que está se transformando o movimento sem-terra.

O SR. PÉRICLES MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Toda a argumentação do Deputado Valdir Rossoni é conhecida. Argumento a reação no País. Primeiro o Deputado tem a coragem de dizer que é a favor da Reforma Agrária. Se todo mundo é a favor da Reforma Agrária neste País, por que ela não sai? Será que alguém consegue me responder?

Não só não sai a Reforma Agrária, como o Brasil é um dos países que tem os mais altos índices de concentração de terras do Mundo. O Deputado Valdir Rossoni sabe que enquanto a Argentina, que é um País que tem 30 e poucos milhões de habitantes, o Brasil tem quase 170 milhões, que a Argentina que é um País muito menor que o Brasil, a safra de grãos da Argentina é mais de 60 milhões de toneladas e a do Brasil é de 80, no máximo. Alguma coisa está errada. Os cientistas sociais e economistas demonstram, comprovam que o segundo País da América do Sul não é a Argentina, o primeiro é o Brasil, o segundo país da América do Sul é o latifúndio improdutivo que é mais de 150 milhões de terras que nada produzem no Brasil. E nesse País não sai reforma agrária por culpa de quem? Será que Deus não quer, ou é o Deputado Valdir Rossoni que não quer? As lideranças do perfil, o Deputado Rossoni que impedem que aconteça a Reforma Agrária no Paraná e no Brasil? É exatamente isso. O direito à vida está acima do direito a propriedade em se tratando da terra que produz, não da terra urbana que é diferente. Mas, a terra rural é terra para se produzir alimento para as pessoas viverem e sobreviverem. E a Constituição Brasileira diz que a propriedade tem que cumprir a sua função social, o proprietário que não cumpre a sua função social, esse sim, comete um crime contra a sociedade, contra o interesse das maiorias sociais.

Então, Deputado Rossoni, não se trata de defender violência, não, quem está praticando violência é quem vai lá e afoga trabalhadores pobres e indefesos no rio, é quem tortura e quem mata trabalhadores indefesos e não é punido, nesse Estado e no Brasil todo.

Temos um documento que demonstra o número de mortes. São quarenta e um trabalhadores rurais assassinados no nosso Estado desde 1980. Duzentos e cinquenta e oito presos, oitenta ameaçados de morte e sessenta e uma tentativas de assassinato neste período.

Não é possível mais! Nosso raciocínio tem que ser relativo sim, Deputado Rossoni, e com as mara-

cutaias deste Governo dava para assentar todos os trabalhadores rurais do Paraná. Só com a rouba-heira do pedágio, uma praça de pedágio que custa quatro milhões de reais, com este dinheiro quantas famílias não poderiam ser assentadas no nosso Estado?

É esta pergunta que a bancada ruralista tem que responder. Não é possível que aceitemos passivamente que Deputados se neguem a assinar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ao menos isso, colocar a sua assinatura para que possamos fiscalizar o pedágio que é roubo e farça montada. Estes mesmos Deputados que aceitam que o povo seja roubado desta forma pelo pedágio nas rodovias, defendem afogamento e tortura de trabalhadores sem-terra indefesos que apenas o que querem é uma terra produtiva.

As coisas têm que ser misturadas. Ninguém responde porque a reforma Agrária não sai. Sucessivos governo prometem a reforma agrária e nada fazem, ao contrário, cada vez a exclusão é maior do trabalhador sem terra, cada vez é maior a concentração da terra em poucas mãos e é contra isso que lutamos. E, defendemos sempre, junto com vários deputados, a negociação. Fomos a várias reuniões à negociação com o MST e ele não se nega a negociar. O que ele quer é um pedaço de terra que ele possa produzir para viver.

Não é possível aguentar tanto sofrimento, tanta dor, tanta miséria. Numa crise desta profundidade, numa crise que alguns técnicos e economistas dizem que até o final do ano um em cada cinco trabalhadores brasileiros estará desempregado, não é possível que num País deste tamanho as pessoas tenham que lutar e arriscar a própria vida para ter um pedacinho de terra para plantar arroz e feijão. Não posso me conformar com isso!

Por isso, deixamos o nosso repúdio a esta ação violenta e propomos a reforma agrária e a negociação entre as partes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, pela Liderança do Governo, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados!

Vou fazer uso da tribuna, no horário da Liderança do Governo, porque depois que fiz aparte ao Deputado Péricles, ele quis misturar e dizer que somos a favor da tortura, contra a reforma agrária e não fazemos nada a favor da reforma agrária. É este discurso que atrapalha o movimento dos sem-terras no Brasil. Porque usam pessoas humildes e simples que, com meia dúzia de conversa, saem das suas casas e vão para abaixo do barraco de lona.

Se fizermos uma pesquisa hoje entre os sem-terras do Paraná, 70% destas pessoas que invadiram ou estão à margem de uma rodovia, tem este discurso na cabeça e foram induzidos por este discurso que considero demagógico, de uma falta de sensibilidade social fora do comum e que procura, em cima de uma ideologia que não concordo, querer transformar pessoas em vilões e eles em heróis.

Não estamos mais na fase de termos heróis e sim de cumprirmos a lei. Se a lei for cumprida neste País, os homens de colarinho branco, Deputado Péricles, certamente iriam para a cadeia. As pessoas que usam os humildes do Paraná para transformá-los em sem terra, para transformar numa indústria, certamente também iriam para a cadeia. Outro dia quando fiz aqui um pronunciamento e não fui entendido eu disse por que não acontecia a reforma agrária. A reforma agrária não acontece neste país porque muitas pessoas que falam, quando você fala de reforma agrária você tem que entender o mínimo, o mínimo possível de agricultura e 70% ou 80% dos líderes deste movimento são fabricados dentro de gabinetes e não conhecem o que é agricultura. E aí o que acontece? Desvirtuam um movimento social que é legal, que é necessário, desvirtuam e transformam num movimento onde muitos são usados para a baderna, para invasão de propriedades onde o desrespeito é total. E é por isso que estão perdendo o apoio da sociedade. Oram, se formos medir o apoio da sociedade que tinha o movimento sem terra há quatro, cinco anos atrás, é incomparável com o apoio que tem hoje da sociedade. Por que? Por causa dessas posições, querendo desvirtuar a verdade, querendo colocar a culpa em pessoas que não são responsáveis.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, escuto suas palavras como ouvi há poucos minutos atrás as palavras do Deputado Péricles, ninguém defende a violência, ninguém quer a tortura, mas não aceitamos a mentira da denúncia vazia, a mentira da conversa como ouvi minutos atrás do meu contrerrâneo, Deputado Péricles, falando de que policiais encapuzados foram e cometeram isto e aquilo. São policiais mesmo? Está fazendo uma denúncia vazia, sem provas e antes de fazer uma denúncia tem que estar documentado, tem que ter provas, porque isto é o que, o movimento sem terra tem feito e muito neste país afora, mas nós não aceitamos isto e não vamos aceitar. E mais, quero aqui trazer uma denúncia, uma denúncia que o Secretário Candinho trouxe e nos passou e tornou público neste Estado do Paraná, que um funcionário do Gabinete que ganha do gabinete do

Padre Roque, em Brasília, Deputado Federal do PT e que defende o MST neste Brasil afora, funcionário seu do Gabinete, parceleiro (?) de um terreno, de uma propriedade que recebeu lá em Renascença e Líder de invasões de propriedades deste Estado afora e você, nobre Deputado, levantou uma falsa denúncia chamando um Deputado da Bancada ruralista, como eu e o Deputado Braz Palma que aqui está, de envolvidos no assassinato de um sem terra. O Senhor tem que ter a hombridade de falar a verdade e se não for verdade aquilo que saiu no jornal o senhor desminta, traga nesta Casa e desminta porque se não o senhor está apto a receber uma ação de falta de decoro parlamentar de onde traz e levanta falsas denúncias contra pessoas que nada tem a ver com aquilo que aconteceu. Esclareça. O senhor tem que esclarecer a esta Casa porque nós não aceitamos nada disto.

E para encerrar, o senhor Ceno Stats é funcionário do Padre em Brasília, é parceleiro, já tem o seu pedaço de terra e lidera invasões em propriedades produtivas e a Constituição diz, propriedade produtiva são propriedades que não estão sujeitas a reforma agrária e o MST liderados por pessoas como esta vem invadindo propriedades produtivas no Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI

Queria dizer a V.Exa. e gostaria de pedir desculpas ao Deputado Péricles, não quero entrar aqui em nenhuma polêmica, não darei o aparte, vocês terão oportunidade de fazer uso amanhã do horário das Lideranças do seu Partido, ou Grande Expediente ou das Explicações Pessoais, eu só vim aqui trazer esta história de trabalharmos esta questão sem respeitarmos a lei e trabalharmos com demagogia. É este o posicionamento deste Parlamentar, porque tenho amigos dentro do movimento dos Sem-Terras, mas conheço muitos pilantras que estão desvirtuando esse movimento, e por isso temos que tratar essa questão com muita responsabilidade. Não estou aqui defendendo latifundiário improdutivo, de forma nenhuma, seria uma incoerência, uma aberração, uma brutalidade. Agora, Deputado Péricles, Vossa Excelência incorre novamente em erro fundamental, denúncia para ser feita tem que ser com provas, e estamos aqui para responder denúncias que são oriundas de vossa pessoa, de Vossa Excelência, que deve ser respondida pelo nosso governo, estamos aqui para responder. Agora, quanto a denúncias que Vossa Excelência traz à tribuna vazia, sem nenhuma lógica, sem nenhum fundamento, o que acontece? Cai no descrédito, cai no vazio, daqui uns dias não vamos mais ouvi-lo, ou dar atenção devida que Vossa Excelência merece. Vossa Excelência é um ótimo Deputado, um excelente Parlamentar, tenho um

profundo respeito por Vossa Excelência, mas gostaria aqui de pedir humildemente a Vossa Excelência: quando Vossa Excelência vier aqui com denúncias não venha dessa forma porque senão Vossa Excelência sempre encontrará aqui um opositor para rebatê-lo.

São essas as minhas palavras Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Comissão Executiva.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca e Irineu Colombo constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas e outros, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado

do Paraná ao Deputado Iosio Antonio Ueno. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 13, de 10.03.99)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 117/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 118/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Orquidófilos, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 121/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18, de 23.03.99)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 131/99, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99)**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação do Voluntariado de Campo Magro, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 26, de 14.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 174/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Voluntariado de Campo Magro, com sede no Município de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada

pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 181/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 181/99 EMENDA CORRETIVA

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Só solicito a Mesa que determine a assessoria, que contate o Deputado Takayama. Deve ter havido uma irregularidade na datilografia do projeto, que diz que a instituição foi fundada em 22 de abril de 1999 e o projeto foi apresentado em 17 de abril.

Deve haver aí alguma irregularidade de datilografia, para que isso seja sanado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa agradece e vai orientar para que isso seja corrigido.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede e foro no Município de Imbituva. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 184/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense de Tomazina, com sede e foro no Município de Tomazina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense de Tomazina, com sede e foro no Município de Tomazina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

P A R E C E R :

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Salgado Filho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Salgado Filho, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 188/99
EMENDA CORRETIVA

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Salgado Filho, com sede no Município de Salgado Filho e foro no Município de Barracão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 20.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 191/99

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Kaloré. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 31, de 22.04.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 196/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Kaloré, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.997/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 753, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente.

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está acontecendo uma CPI dos Bancos no Congresso Nacional, onde se desnuda o papel do Banco Central, do sistema financeiro do nosso País. Dois Bancos foram fechados: Banco Marca e Banco FonteSindam.

Estes dois Bancos, Senhor Presidente, receberam de doação do Governo, exatamente a metade de todos os recursos que o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que queria liberar para todas as atividades sociais neste ano, para o País: para pagar a merenda escolar, para a cesta básica da solidariedade, para todas as obras sociais. Exatamente 1 bilhão e meio de reais foi dado do dinheiro público para esses dois banqueiros.

Há uma notícia na “Gazeta do Povo”, Senhor Presidente, que nos atinge, atinge o Estado do Paraná. A imprensa de telefonia do Município de Londrina, SERCONTEL, negociou uma dívida de 23 milhões - dívida essa irrecuperável - com o Banco FonteSindam. Negociou por 7 milhões. Pasmem os Senhores: consta do relatório do Banco FonteSindam, que esta dívida foi resgatada depois por 46 milhões de reais pelo SERCONTEL, que recomprou essa dívida do Banco FonteSindam. São 46 milhões de reais, Senhor Presidente! Acho que a administração do SERCONTEL deve um esclarecimento para a Assembléia Legislativa e para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Por isso, faço um apelo aos Senhores Deputados, para que votem a favor do requerimento que pede esses esclarecimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço o encaminhamento, mas ao mesmo tempo peço ao Deputado autor do requerimento, Ângelo Vanhoni, se possível, adiarmos esse requerimento para o dia de amanhã, porque na última quinta-feira já aprovamos aqui um requerimento apoiado por vários Deputados aqui desta Casa, encaminhado pelo Deputado Durval Amaral. E, se não me falha a memória - não tenho aqui o requerimento - pode ser o mesmo objeto deste requerimento.

Então, se Vossa Excelência assim o concordar, gostaríamos de fazer um estudo do seu requerimento com o requerimento aprovado na última quinta-feira. Se não for o mesmo objeto do requerimento, aí discutiremos no dia de amanhã, se Vossa Excelência assim o permitir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, não tinha conhecimento de que já tinha sido apresentado nesta Casa. Fiquei doente de quarta a sexta-feira, com uma forte gripe e não pude comparecer ao Plenário na quinta-feira.

Então, retiro por quatro sessões o meu requerimento. Espero que o Líder traga as respostas para o Deputado Durval Amaral. Se estiver contemplado, retiro definitivamente o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Fica adiado o requerimento por 3 sessões.

Requerimento nº 705, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Fizemos um acordo com o Deputado José Maria Ferreira, que está aqui ao nosso lado. Prestarei essas informações até sexta-feira. Se aprovarmos esse requerimento, irá demorar trinta dias. Então, com a concordância do Deputado José Maria, gostaria que o mesmo retirasse o requerimento, para que eu possa fornecer essas informações até a próxima sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa consulta o Deputado requerente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, em função do compromisso com o Deputado Valdir Rossoni, solicito a retirada do requerimento até a próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Retirado da Ordem do Dia.

Requerimento nº 602, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior.

Em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Também requeiro ao Deputado Neivo Beraldin que retire o requerimento, porque já tenho em mãos as informações requeridas pelo ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado requerente com a palavra.

O SR. NEIVO BERALDIN

Retiro por três sessões, desde que as informações sejam na íntegra do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente!

Requerimento nº 717, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 719, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 720 e 721, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 722 e 723, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 724, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 727 a 731, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 733 a 735, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 737 a 751, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 754, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 755, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 757, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 760, de autoria dos Senhores Deputados Antonio Baratter e Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 761, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 617, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, temos o mesmo acordo sobre este requerimento com o Deputado Caíto Quintana, para que ele nos desse alguns dias de tempo, para que pudéssemos tomar uma decisão sobre essa questão.

O Deputado Caíto não está no Plenário, gostaria que fosse adiado para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 132, 140, 146 e 151/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 174, 181, 184, 185, 188, 191 e 196/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 021, 047 e 049/99.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e nove dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e nove, após a Sessão Plenária, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, para realizar a primeira Reunião Ordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luiz Accorsi, encerrou a presente reunião marcando outra para o dia cinco do mês de maio de um mil novecentos e noventa e nove, horário: após a sessão plenária. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário da Comissão de Saúde Pública.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário